



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 078

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 15, DE 1985 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, designada para analisar e emitir relatório sobre o veto parcial, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1985 (nº 5.272, de 1985, na Cnsa de origem), que "autoriza a desapropriação de ações das companhias que menciona e a abertura de crédito especial de até Cr\$ 900.000.000.000 (novecentos bilhões de cruzeiros) e dá outras providências", encaminhado pelo Senhor Presidente da República à deliberação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 38, de 1985-CN.

Relator: Deputado Irajá Rodrigues

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 286/85, comunicou haver aposto veto parcial, por inconstitucionalidade e desatendimento ao interesse público, sobre o Projeto de Lei em epígrafe, destinado a desapropriar ações das companhias de crédito denominadas Sulbrasileiro e Habitasul e a abrir crédito especial de Cr\$ 900.000.000.000 (novecentos bilhões de cruzeiros) objetivando o seu soerguimento.

O mencionado Projeto, de iniciativa do Poder Executivo, tramitou regularmente nas duas Casas do Congresso, recebendo substitutivo na Câmara dos Deputados e sendo aprovado, sem alterações, pelo Senado Federal.

O veto parcial incidiu sobre as seguintes disposições:

- a) no artigo 1º, em relação à expressão "ou liquidação", bem como em relação às letras "f" e "g" do item I e letra "e" do item II;
- b) no artigo 2º, em relação à expressão "acrescido do valor estimado dos bens intangíveis";
- c) no artigo 4º, em relação à expressão "pública federal, sob a forma de sociedade de economia mista, como definida pelo art. 22 e parágrafos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964";
- d) o parágrafo único do artigo 5º;
- e) o § 2º do artigo 6º;
- f) no artigo 10, em relação à expressão "superadas as dificuldades da economia regional e consolidado o Banco Meridional do Brasil S/A, de modo que possa operar eficazmente em regime de competição e de liberdade de iniciativa";
- g) os artigos 12, 13 e 15, e respectivos parágrafos.

Como se recorda, o Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional colimava à recuperação econômica dos conglomerados Sulbrasileiro e Habitasul que se en-

contravam sob intervenção do Banco Central e que, em face de seu desarranjo financeiro, seriam fatalmente liquidados.

Em seus fundamentos, consignados na Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Fazenda, procurava-se evidenciar que a liquidação das Instituições Financeiras mantidas por esses conglomerados, seria extremamente danosa para a economia do Sul do País, produzindo alto nível de desemprego e provocando repercussões financeiras negativas nos patrimônios das pequenas e médias empresas credoras dessas companhias.

Primordialmente voltado para o saneamento da economia, o Projeto originário pretendia, com a autorização do Congresso, desapropriar as ações e, após determinado interregno, devolvê-las ao controle da iniciativa privada.

Dentre as justificativas que encontrou para fundamentar seus vetos, afirma o Sr. Presidente da República que: "O objetivo que se buscava alcançar frustrou-se na medida em que o Congresso Nacional aprovou o Substitutivo que incluiu no plano de recuperação três empresas de crédito imobiliário, cujo patrimônio líquido negativo, segundo estimativas do Banco Nacional da Habitação, alcança a soma de 368 bilhões de cruzeiros; assegurou a estabilidade aos empregados das instituições, pelo espaço de um ano, e determinou a fusão das instituições em uma Sociedade de Economia Mista".

Consoante o Projeto original, a importância de 900 bilhões de cruzeiros necessária à recuperação dos conglomerados em crise, não considerava a recuperação de três sociedades de crédito imobiliário, o que, segundo o Sr. Presidente da República, acarretaria um ônus adicional de 368 bilhões de cruzeiros bastante para comprometer os objetivos nele perseguidos.

Salienta mais, em seu veto, o Sr. Presidente, que o Projeto aprovado prevê a restituição à União, com correção monetária, dos recursos já adiantados pelo Banco Central do Brasil, sem determinar idêntica providência para os recursos antecipados pelo Banco Nacional da Habitação, falha que causaria ao BNH prejuízo superior a seis trilhões de cruzeiros, apenas no primeiro ano de funcionamento do novo Banco.

O veto ao § 2º do artigo 6º foi feito sob o entendimento de que a eleição de um administrador por funcionários das companhias em recuperação constitui matéria sujeita à regulamentação global, não sendo oportuna sua disciplina incidental.

O artigo 13 foi vetado integralmente, com o fundamento de que concessão de estabilidade aos empregados

dessas companhias fere o princípio de isonomia consagrado na Constituição.

A expressão vetada no artigo 4º, conforme se explica nas razões de veto, foi eliminada para impedir que o Banco Meridional S/A pudesse ser reconhecido como órgão auxiliar da política de crédito do Governo Federal (art. 22 da Lei nº 4.595/64). Isto não corresponderia nem à realidade, nem aos objetivos do Projeto, devendo a participação da União ser eventual e transitória.

O veto à expressão "acrescido do valor estimado dos bens intangíveis", na parte final do artigo 2º, se impõe, segundo a justificativa presidencial, "porque o valor do patrimônio líquido das ações deve ser calculado com base no balanço de cada Instituição, certificado por auditor independente e determinando segundo regras contábeis de avaliação".

O parágrafo único do artigo 5º foi vetado sob o fundamento de que o plano de recuperação econômica e reorganização administrativa, a que será submetida a nova Instituição Financeira, editará o número de agências necessárias à sua viabilização, sendo inadequada a sua fixação a priori.

A expressão inicial vetada no artigo 10 foi considerada muito ampla e sem a exatidão necessária para que se determinasse o retorno do controle das Instituições ao campo da iniciativa privada.

Finalmente, o veto ao artigo 15 e seu parágrafo único, foi aplicado na convicção de que não devem ser estabelecidos limites à atuação de qualquer das Instituições integrantes dos conglomerados porque isto implicaria em limitar sua capacidade de gerar lucros.

Em relação aos seus aspectos formais, devemos registrar que os vetos foram exercidos tempestivamente, observadas todas as disposições constitucionais pertinentes à espécie.

Senhores Parlamentares:

Este é o Relatório que, na forma regimental, temos o dever de submeter à elevada apreciação de Vossas Excellências, certos de que estarão aptos a julgar os vetos em causa com absoluto discernimento e pleno espírito público.

No que pertine ao mérito do veto em apreço, reservamo-nos o direito de manifestar em plenário a nossa posição.

Sala das Comissões, 19 de junho de 1985. — Senador Jutahy Magalhães, Presidente — Deputado Irajá Rodrigues, Relator — Senador Mário Maia, Deputado Valmor Giavarina.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 176ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Apelo ao Senhor Presidente da República e ao Ministro da Marinha, no sentido de que seja rejeitado o projeto de construção de uma marina no Município de Ubatuba-SP, sob a responsabilidade da empresa Selecta.

DEPUTADO JUAREZ BATISTA — Apelo aos Governos Estadual e Federal, em favor das reivindicações da comunidade do Município de Comendador Gomes-MG.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Matéria publicada no Jornal *O Liberal*, edição de domingo passado, intitulado "Caso Aurá", de autoria do Dr. Paulo Lamarão.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Comentários sobre o comportamento do jornalista José Eduardo Faro Freire, à frente do Setor de Comunicações Sociais da Caixa Econômica Federal do Estado de São Paulo S/A.

DEPUTADO LEORNE BELEM — Documento recebido do Prefeito Municipal de Iguatu-CE, referente ao demonstrativo dos prejuízos sofridos pelo município, por ocasião das inundações dos Rios Jaguaribe e Trussu, durante o inverno de 1985.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 9/85-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.141, de 28 de junho de 1984, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 177ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1985.

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELQUISSON SOARES, como Líder do PDT — Comunicando o desligamento de S. Ex^{as} dos quadros do PMDB.

DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS — Documento da Comissão Pastoral da Terra de Goiânia sobre a reforma agrária preconizada pelo atual Governo.

DEPUTADO JOSÉ FREIJAT — Data Nacional de Moçambique.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Enaltecimento da pessoa do Sr. Elquisson Soares, no momento em que aquele parlamentar deixa as hostes do PMDB. Aplausos à Assessoria de Imprensa do Governo do Estado de São Paulo, pelo trabalho que vem desenvolvendo em benefício da divulgação dos atos do Governador Franco Montoro.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO, como Líder — Louvando a atuação parlamentar do Deputado Elquisson Soares, que ora se desliga do PMDB.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES, como Líder — Apreciação das causas que levaram o Sr. Elquisson Soares a desligar-se do PMDB.

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN — O problema dos sojicultores brasileiros.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Proposta da Câmara Municipal de Jundiá-SP às autoridades governamentais, no sentido de que o valor do salário-família concedido aos servidores públicos seja estipulado em 50 por cento do salário mínimo.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Reivindicações dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, objetivando o desenvolvimento integrado do País.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY, como Líder — Comentários sobre o desliga-

mento do Sr. Elquisson Soares do PMDB. Reflexão sobre o congelamento e ajuste móvel de salários em nosso País, face a implantação de plano, nesse sentido, na Argentina.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 40, de 1985, que acrescenta artigo à Constituição Federal.

2.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria

2.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 178ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Administração desenvolvida pelo Sr. Nelson Mancini Nicolau, frente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — 54º aniversário de emancipação do Município de Angelim-PE. Visita feita pelo Ministro Fernando Lyra ao interior de Pernambuco.

3.2.2 — Questão de ordem

Formulada pela Sra. Cristina Tavares e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 176ª Sessão Conjunta, em 25 de junho de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Buihães — PDS; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; El-quisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Cristóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doretto Campanari — PMDB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB;

José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aido Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavari-
na — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinurterg — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugoardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 221 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

em 1982 denunciei ao Presidente da República e, posteriormente, ao Ministro da Marinha o avanço de uma empresa denominada Selecta contra o meio ambiente, em termos desastrosos, no Município de Ubatuba, São Paulo, na tentativa de construir uma marina. Entre outros atentados ecológicos, pretendia a construção de um quebra-mar de quatrocentos metros, oceano a dentro.

Consegui, naquela oportunidade, apesar das denúncias no sentido de que tentavam corromper homens públicos, que as obras não continuassem, isso por intervenção do CIRM — Conselho Interministerial de Recursos do Mar. Desde aquela época as obras ficaram paralisadas, e os projetos foram rejeitados.

O *Jornal da Tarde*, em reportagens nos meses de maio e junho, denuncia que a empresa volta a assediar os políticos de Ubatuba e que estaria, a nível nacional, para obter a indispensável aprovação presidencial para o projeto. Trata-se de um projeto maléfico, que realmente prejudica o meio ambiente, a ecologia e o ecossistema.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, encaminhei ainda hoje as notas taquigráficas deste discurso ao Sr. Presidente José Sarney, porque o Protocolo nº 078/82, de 5 de janeiro de 1982, ainda continua na Casa Civil, e S. Ex.^a poderia, a qualquer momento, por não saber dos malefícios do projeto da Selecta, da construção da referida marina, vir a aprová-lo.

Para que fique S. Ex.^a informado da gravidade do assunto, enviarei, hoje, à Presidência da República não só esta denúncia, mas também outra: no Município de Santos, no Distrito de Bertinga, conseguiram, no Governo passado, aprovar a construção de uma marina que divide ao meio uma praia e avança, como uma muralha de pedra, mar adentro. Precisamos, para a preservação da ecologia, de uma atitude severa do Exmo. Sr. Presidente da República, determinando ao Ministério da Marinha e aos órgãos de controle do meio ambiente que proibam prosperarem projetos dessa natureza.

Esta é a comunicação que queria fazer. Vou utilizar-me das notas taquigráficas como uma mensagem ao Presidente José Sarney, visando a agilizar a intervenção da Presidência da República no problema que rogo a este Plenário. Era o que linha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Batista.

O SR. JUAREZ BATISTA (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, criado em 27 de dezembro de 1948, por desmembramento de Frutal, Comendador Gomes se constitui, hoje, num dos mais prósperos Municípios do Triângulo Mineiro, com mais de mil quilômetros quadrados e uma população de quase cinco mil habitantes, mais de setenta por centos na zona rural. Anteriormente, como Distrito, denominava-se São Sebastião das Areias, ficando a cerca de seiscentos e trinta quilômetros de Belo Horizonte, ostentando hoje razoável estrutura urbana.

Recentemente, em contato com um grupo de administradores e políticos locais, além de outros líderes comunitários, procuramos colher as opiniões dessa gente empreendedora a respeito do desenvolvimento do Município, bem como do auxílio federal e estadual necessário para sustentar permanentemente esse progresso.

Nessa oportunidade, fazendo um levantamento das reivindicações locais, conseguimos catalogar as seguintes: a — criação do ensino de 2º Grau na cidade, pela Secretaria da Educação; b — asfaltamento da BR-153, no Município, numa extensão de aproximadamente onze quilômetros; c — implantação de residências a baixo custo pela COHAB, no Município; d — criação de um posto de saúde na sede municipal, pela Secretaria de Estado da Saúde; e — 3 revisões das taxas de juros para financiamento agropecuário, eliminando-se uma parte substancial da correção monetária, para maior incremento dos rebanhos e da produção agrícola.

Temos certeza de que as suas modestas reivindicações serão atendidas pelos Governos Estadual e Federal, fazendo votos para que se cumpra uma aspiração geral daquela gente: a de que uma reforma constitucional devolva a verdadeira autonomia aos Municípios, por uma discriminação

tributária que lhe propicie pelo menos trinta por cento da arrecadação fiscal do País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o advogado paraense Dr. Paulo Lamarão é o autor de uma ação popular contra o Governador Jäder Barbalho e o atual Ministro Nelson Ribeiro, ex-Presidente do Banco do Estado do Pará, visando a anular uma negociata escandalosa, envolvendo uma desapropriação de terras da chamada gleba Aurá, no Município de Ananindeua, no Estado do Pará.

Na edição deste domingo do jornal *O Liberal*, de Belém do Pará, o referido advogado publicou uma apreciação sobre o "caso Aurá", inclusive rebatendo algumas colocações feitas pelo Senador Hélio Gueiros, do PMDB do Pará, em sessão do Senado, na semana passada.

Numa homenagem à coragem e ao desassombro desse ilustre e jovem advogado de meu Estado, Dr. Paulo Lamarão, autor dessa rumorosa ação popular, e à Justiça do Pará, na pessoa do Dr. Pedro Paulo Martins, íntegro juiz do feito, que, ontem, por unanimidade, em memorável decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por 13x0, foi mantido à frente da causa, rejeitando uma exceção de suspeição levantada pelos advogados do Governador Jäder Barbalho, solicitamos inserção nos Anais desta Casa, o artigo em referência, "O Caso Aurá".

DOCUMENTO REFERIDO PELO ORADOR:

"O CASO AURÁ"

Paulo Lamarão

Não sou dono do dinheiro que o Estado pretende pagar à empresa Metro Engenharia Ltda., pertencente ao Sr. José Maria Mendonça, também proprietário da Eccir S/A. Os meus interesses, como aliás os que defendo na ação popular, são difusos. O sentido, portanto, de "dono" do dinheiro, diante do conceito materialista que pauta a vida de todo mundo, fica um pouco disperso. Talvez seja por isso que ninguém entende a que título e com que propósitos propus a ação popular para invalidar ao ato expropriatório da Gleba Conceição do Aurá.

Não defendo nenhum interesse particular, quer meu especificamente, quer de algum cliente ligado à minha vida profissional.

Não sou político e nem tenho pretensões a sê-lo. A dimensão política que o assunto tomou é um decorrência natural, devido à que pessoas que nele estão envolvidas, entre elas o atual Ministro Nelson Ribeiro e o Governador Jäder Barbalho, além do hoje Deputado Federal Benedicto Monteiro e do Presidente do Itierpa e futuro candidato à Prefeitura de Belém, Fernando Velasco. Não pude evitar que isso acontecesse, inclusive pela inclusão que a Veja fez à minha revelia, ao PDS, partido no qual tenho apenas grandes amizades.

Imaginar que propus a ação com a finalidade de impedir que o Governo desse 35.000 casas populares a famílias de baixa renda é uma loucura. Sempre fui a favor da política de distribuição de terra que o Jäder desde a sua campanha prometeu fazer e que, com algumas deteriorações, vem fazendo.

Supor que intentei a ação como represália pela "retomada" das terras do Bengui é desconhecer aquele problema. As terras pertencem ao Educandário Eunice Weaver, como aliás sempre pertenceram desde 1939. Funcionava, como ainda funciona como simples advogado da entidade, da qual não recebo sequer salário, mesmo que o mínimo.

Estou, portanto, muito à vontade para tomar qualquer decisão diante da situação que se vier a me apresentar.

Já gastei muito dinheiro para provar que o ato expropriatório é ilegal e irregular. Creio que a opinião pública já está absolutamente convencida disso. Aliás, como estão alguns dos personagens envolvidos nesse episódio, embora não tenham tido ainda a coragem e dignidade de

externar esse reconhecimento, mesmo que apenas diante do Judiciário.

Recusei inúmeras propostas, a última das quais de 800 milhões de cruzeiros para desistir da ação, representados por dois cheques de 400 milhões cada um. Seria e será fácil para mim colocar três palavras no processo: "Desisto da ação" e assinar em baixo. Inúmeros aborrecimentos seriam colocados de lado. Milhões de cruzeiros colocados no bolso. O patrimônio público, que em última análise pertence a todos, mais uma vez seria saqueado impunemente.

Se o Judiciário, pela caneta e pelo tirocínio do Desembargador Calistrato Mattos, julga que a firma expropriada vai sofrer um dano irreversível se não colocar as mãos nos 6 bilhões que estavam bloqueados, a mim só compete acatar sua decisão, embora dela discorde profundamente.

Vou lutar. Vou recorrer. Porém se a Justiça, já que o Executivo insiste em levar adiante o seu propósito, também julgar que a ação não procede e que todas as provas existentes nos autos não chegam a configurar uma lesividade ao patrimônio e erário públicos, nem por isso vou me sentir diminuído.

A terra não existe. O preço é quase o dobro da avaliação que a Cohab fez. Os documentos da firma não configuram domínio. É impossível construir 35.000 casas como desejava o Governador e creio que todos, se os seus propósitos fossem honestos. Houve uma fraude elementar no momento em que lavraram a escritura da desapropriação. A área originária foi simplesmente duplicada. Passou de 1.089 hectares para 2.178. O "Projeto Mutirão" ninguém ouviu falar, conforme prova nos autos. Não existe o processo expropriatório. O Decreto surgiu como por osmose no Diário Oficial. O Governador acusa o ex-Procurador-Geral nos autos. O ex-Procurador afirma que assinou a escritura, por ordem expressa de sua excelência, sem o que não teria feito. Diz que a transação foi estritamente de caráter bancário, a cargo do BEP. O Banco diz que compareceu ao ato apenas para facilitar a cobrança dos seus créditos, embora concordando com a fraude, uma vez que seus documentos diziam ter a área apenas 1.284 hectares, portanto quase a metade do que fora expropriado.

Através da Comunicação Interna nº 270/84, da Decad/Divop para a Ag. Belém Centro, reportando-se ao telex nº 135/84, 45 dias antes da escritura de desapropriação ser lavrada, o Banco do Estado já descontava em favor da firma J.M. Adm. Part. Asses. e Rep. Ltda. (pertencente a José Maria Mendonça, dono da Metro), 200 milhões de cruzeiros observando que a operação "está embutida no processo de desapropriação que o Governo irá promover de um terreno do conglomerado Metro/Eccir".

O Governo, em esclarecimento oficial, disse não ter pago nada à expropriada por conta de sua participação no preço da indenização. Tal comunicação foi feita também, oficialmente, a todo o Tribunal de Justiça. Hoje sabemos, por causa das provas nos autos, que foram pagos 2 bilhões de cruzeiros, quando a comunicação foi feita.

Após três meses e algumas sessões, o Tribunal, pelo acórdão nº 9933, decidiu que o Mandato de Segurança não era o remédio legal para cassar liminar em ação popular. Quase 300 dias após a concessão da liminar, o desembargador Valistrato Mattos, que participou do julgamento anterior, accita o Mandato de Segurança e libera o pagamento dos 6 bilhões que estavam bloqueados. Se a firma expropriada cobrar a correção monetária pelo tempo decorrido, "terá direito" a receber cerca de 30 bilhões de cruzeiros. O Governador diz que não paga um centavo, salvo se for obrigado pelo Judiciário. O Desembargador, pelo Ofício nº 00232/84, diz ao Governador que "V. Ex.^a pode autorizar o pagamento das quantias que estavam bloqueadas".

Não sei não, mas depois de tudo isso acho que vou começar seriamente a pensar sobre o conselho que o meu amigo Roberto Jares Martins me deu outro dia: "Tu vais passar a réu e ficar nu em praça pública". Talvez ele tenha razão, mas ainda acredito na Justiça e no caráter dos homens, até porque minha idade não me permite que eu pense de maneira tão pessimista e incrédula.

Há mil maneiras de se ganhar dinheiro. E fico inconformado vendo tudo isso. Professores na miséria, estu-

dantes sem condições de frequentar com dignidade uma escola. O funcionalismo público cada vez pior, na qualidade e na quantidade. Esse dinheiro que em números atuais ultrapassa os 30 bilhões de cruzeiros, sem dúvida daria para amenizar toda essa situação indigna.

Não é justo, não é correto, não é honesto que o Governo proceda dessa maneira. Pague-se o justo valor da terra se ela existir e na quantidade que for apurada. Construam-se não 35.000 porém, 350 mil casas. Aqueles que não aplaudirem, pelo menos não criticarão se o propósito for verdadeiro.

É lamentável que pessoas de envergadura moral acumuladas durante anos de postura estejam sendo levadas, por um ato obtuso do Governo, a ficar para sempre desmoralizadas. Lamento profundamente, porém não posso neste momento fazer nada.

Qualquer que seja a decisão amanhã do Judiciário em relação ao Dr. Pedro Paulo Martins — se continua na causa ou se dela é afastado — e qualquer que seja também a decisão em relação aos pagamentos que foram liberados pela liminar no Mandato de Segurança acolhido pelo Desembargador Calistrato Mattos, uma coisa só eu garanto: a luta vai continuar. Sem tréguas, sem acordos, e muito menos com desistência da ação."

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Cedido a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recentemente, o brilhante jornalista José Eduardo Faro Freire assumiu o comando do Setor de Comunicações Sociais da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A e, dentre outras inovações, transformou a publicação *Nosso Jornal*, destinada aos funcionários da empresa, em um periódico altamente democrático, criando espaço para todos, através de colaborações, informações, expectativas, sugestões, críticas e lazer.

Como Coordenador-Geral de Comunicação, o competente jornalista agigantou o *Nosso Jornal* desde o seu formato tablóide, como também abriu espaços novos para a Representação dos Funcionários junto à Diretoria, para o COR — Conselho de Representantes dos Funcionários — que trata de assuntos de interesses funcionais, introduziu novos concursos para a atividade intelectual dos funcionários e implantou a coluna "Nossa Análise Econômica", a fim de contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de todos, propiciando debates e esclarecimentos.

Graças ao grande dinamismo e espírito inovador do atual Presidente — Gilberto Dupas — tanto os funcionários quanto os clientes da Caixa Econômica de São Paulo estão usufruindo uma administração voltada para os novos tempos em que vivemos.

Gilberto Dupas, desde o início de sua gestão, procura modernizar a estrutura da Caixa, tornando-a mais ágil, acompanhando as mudanças dos sistemas financeiro e político de hoje, através da transparência de decisões e do geral consenso que atravessa todas as hierarquias da empresa. Desta forma, incentivados e confiantes, muitos funcionários já estão participando de concursos internos para gerenciar as novas agências regionais.

Assim, a irretocável posição do Presidente em exercício é explicitada por sua nova forma de atuação:

"Nossa política, doravante, se orientará no sentido de adaptar o pessoal da casa às necessidades de mudanças impostas ao perfil mercadológico da Instituição pela crise que sacode o sistema financeiro. Igualmente, pretendemos revigorar a função social da Instituição, tendo sempre em mente que um banco social não é sinônimo de banco ineficiente. Ao contrário, seu programa deve e pode, perfeitamente, assimilar e amalgamar o social e o econômico.

É fundamental termos em mente que a crise no mercado financeiro ainda persiste, penalizando severamente os resultados de todas as instituições do sistema de poupança, frequentemente retardando, dificultando e impedindo a comunhão desejável entre o bem-estar social, via melhoria salarial, e a realidade mais concreta, qual seja, o conjunto de respostas efetivas no âmbito econômico que o mercado

nos esconde e nos promete, a curto, médio e longo prazos. Mas é fundamental, também, termos em mente que estamos a todo momento dispostos a encontrar mecanismos que desagravem tal situação pecuniária, inclusive contemplando, com incentivos, aqueles que incontestavelmente promovam melhores resultados para a Instituição".

Desta feita, queremos louvar as inúmeras e felizes inovações implantadas na Caixa Econômica do Estado de São Paulo, como o trabalho do talentoso jornalista, José Eduardo Faro Freire, favorecido pela nova mentalidade imprimida à Caixa, graças ao discernimento e eficiência do Diretor-Presidente Gilberto Dupas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Cedido a palavra ao nobre Deputado Leorne Belém.

O SR. LEORNE BELÉM (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como é do conhecimento público, o Ceará sofreu e ainda sofre as consequências dos altos índices de precipitação pluviométrica, ocorridos nos últimos sete meses em todo o Estado. Dentre as cidades mais atingidas, destaca-se exatamente a de Iguatu, um dos Municípios que tenho a honra de representar na Câmara dos Deputados.

Recebi do Exm^o Sr. Prefeito documentos, elaborados a pedido da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, sobre os efeitos da calamidade que se abateu sobre o Município, bem como um elenco de providências que estão sendo solicitadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil. Em face da importância do documento, e para que conste dos Anais desta Casa, solicito a V. Ex^a que autorize a sua transcrição, a fim de que, oportunamente, façamos chegar às mãos das autoridades responsáveis, não só do Ministério do Interior como da SUDENE, de forma oficial, o elenco de reivindicações do Município de Iguatu.

DOCUMENTOS REFERIDOS PELO ORADOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU ESTADO DO CEARÁ

Ofício Circ. nº 010/85 G.P. Iguatu, 10 de junho de 1985
Do: Prefeito Municipal de Iguatu

Ao: Excelentíssimo Senhor Deputado Leorne Menescal Belém

Assunto: Encaminhamento (faz)

Excelentíssimo Senhor Deputado:

Temos a honra de encaminhar a V. Ex^a, cópia do documento demonstrativo dos prejuízos sofridos pelo Município de Iguatu, por ocasião das inundações dos rios Jaguaribe e Trussu, durante o inverno de 1985.

Na certeza de que V. Ex^a dispensará toda atenção ao presente documento, dado o empenho que vem demonstrando no sentido de conseguir soluções para atenuar os problemas do Nordeste, subscrevemo-nos

Atenciosamente, José Elpidio Cavalcante, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU ESTADO DO CEARÁ

Ofício nº 038/85 G.P. Iguatu, 4 de junho de 1985
Do: Prefeito Municipal de Iguatu

Ao: Coordenador Executivo da CEDEC/CE, Dr. Clinton Sabóia Valente

Assunto: Encaminhamento (faz)

Senhor Coordenador:

Conforme orientação da SUDENE, contida no telegrama CORDEC/240/85, de 8 de maio de 1985, encaminhamos a V. S^a documentário relativo às inundações do Município de Iguatu, elaborado por técnicos de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento dos diversos setores da zona rural e entidades de classe que congregam os segmentos comerciais e industriais do Município, devidamente coordenados por esta Prefeitura, através da Comissão Municipal de Defesa Civil.

Confiamos que todas as medidas sejam tomadas no sentido de que as solicitações contidas no presente documento sejam atendidas em tempo hábil.

Atenciosamente, José Elpidio Cavalcante, Prefeito Municipal.

Exm^o Sr.

José Elpidio Cavalcante

DD Prefeito Municipal de Iguatu

Iguatu CE.

Cordec/240/85 de 8-5-85 — respondendo seu telex datado de 3-5-85 e solicitando dar conhecimento aos signatários, prestamos vossência, de ordem SUDENE, seguintes esclarecimentos:

1 — Face danos causados fortes chuvas e consequentes inundações, sugerimos apresentar relatório detalhado à CEDEC quantificando perdas ocorridas e indicando respectivas necessidades financeiras para que esse Estado após devida compatibilização remeta pleito global a esta SUDENE que adotará medidas cabíveis;

2 — Quanto fornecimento primeiro socorros à população desabrigada, sugerimos outrossim manter articulações também CEDEC, que é órgão coordenador dessas ações à nível Estado Ceará;

3 — Sobre utilização fundo social PIS/PASEP por pessoas atingidas enchentes, permita-nos sugerir que sejam mantidos contatos com Caixa Econômica Federal e Banco Brasil S/A órgãos financeiros mentores respectivamente citados e programas, objetivando utilização saldo referidos fundos;

4 — Quanto utilização Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se necessidade grave e premente pessoal-familiar, que se coaduna com situação pessoas atingidas rigor atual inverno, recomendamos articular-se BNH órgão mentor mencionado fundo, sentido adoção providências a serem adotadas;

5 — Por outro lado, vale esclarecer vossência que utilização sobretudo PIS/PASEP e FGTS se correlacionam com decretação estado calamidade pública e não somente decretação estado emergência.

José Magalhães sobrinho

Coordenador Regional Defesa Civil — SUDENE.

DOCUMENTÁRIO SOBRE AS INUNDAÇÕES DE IGUATU — CE

1985

I — Justificativa

As precipitações pluviométricas na região centro-sul do Estado do Ceará provocaram grandes enchentes e consequentes prejuízos, tanto na zona rural como na zona urbana do Município de Iguatu, exigindo das autoridades, entidades de classe e dirigentes de órgãos públicos e de casas de créditos fazerem levantamentos dos danos causados pelas águas e elaborarem o presente documento.

II — Objetivos

A — Geral: relatar as ocorrências no decorrer do período das enchentes, mostrando os prejuízos sofridos e suas influências negativas na economia do município.

B — Específico: solicitar recursos para restauração e recuperação de tudo que foi danificado pelas águas.

III — Diagnóstico

A — Caracterização da Comunidade:

1 — Localização — Iguatu é um Município do Estado do Ceará, situado na região centro-sul, fisiograficamente denominada Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Sua área é de 1.503km², no centro dos quais corre o rio Jaguaribe na direção sul-norte até a sede do município, onde se posiciona em direção nordeste, recebendo águas do rio Trussu, seu principal afluente, represando-se na barragem do Orós.

2 — Condições Climáticas — Seu clima é seco variando entre uma temperatura média mínima de 28° e média máxima de 37°.

3 — População — O censo de 1980 mostra os seguintes dados Município 82.949 habitantes, sendo: Zona Urbana 45.281 — Zona Rural 37.668. A população dos distritos banhados pelo rio Jaguaribe e onde ficam terras

cobertas pelo açude de Orós é a seguinte: Quixelô, 14.780 habitantes, sendo 1.345 na vila e 13.435 na zona rural. Alencar, 6.024 habitantes, compreendendo 1.367 na vila e 4.657 na zona rural. Quixóá, 3.887 habitantes, dos quais 489 moram na vila e 3.398 são rurícolas. A população dos distritos de Suassurana e de Barreiras, ambos banhados pelo rio Trussu, é a seguinte, respectivamente: 6.591, na vila 731 — zona rural 5.860 e 1.703, na vila 1.363 — zona rural 340. Estes números mostram que quase 32.000 habitantes rurais estão sempre sujeitos às intempéries dos nossos rios, além de um terço da população da sede do município.

4 — Situação Sócio-Econômica — A economia do Município de Iguatu está firmada na agricultura e pecuária. Os terrenos são favoráveis à cultura do algodão, milho, feijão e arroz, e destaca-se como principal produtor de arroz e de algodão do Estado do Ceará. Conta com cerca de 5.000 proprietários rurais, a grande maioria minifundiários.

B — Caracterização das Inundações:

1 — Período — O município de Iguatu foi banhado pelos rios Jaguaribe e Trussu com um volume d'água ultrapassando o seu leito normal durante 65 dias, período em que o exagero das chuvas provocou inúmeros arrombamentos de açudes, causando sérias inundações, enumerando-se as mais danosas nos dias 27 e 28 de fevereiro — 27, 28 e 29 de março — 11, 12 e 13 de abril — 01, 02, 03 e 04 de maio do rio Jaguaribe; nos dias 14, 15, 23 e 24 de abril do rio Trussu.

2 — Área — Os rios Jaguaribe e Trussu, numa extensão de aproximadamente 75km, respectivamente, dos quais 40km compõem a represa do Orós, suas margens ficaram cobertas d'água com até 15km além do normal em largura e 5 metros em altura.

C — Caracterização das Perdas:

1 — Zona Urbana — Desordenadamente, as águas invadiram cerca de um terço da cidade, atingindo a parte mais populosa, onde também situa-se o grosso do comércio, causando danos na pavimentação das ruas, nas casas residenciais e até desabamentos completos, levando e extraviando mercadorias negociáveis.

Uma favela denominada Vila Neuma, próxima à ponte da estrada de ferro, ficou coberta d'água. Os moradores, desabrigados, refugiaram-se nos prédios públicos, principalmente nos colégios. Trata-se de uma área baixa, muito sujeita a inundações, mesmo em invernos normais, imprópria para ser habitada, que vem causando constantes problemas para os poderes públicos e para a população urbana em geral.

2 — Zona Rural — Atingida em toda a extensão dos rios Jaguaribe, Trussu e margens do açude de Orós, recebeu com violência o peso das águas correntes que devastaram lavouras, levaram cercas, aterraram cacimbões, derrubaram postes destruindo redes elétricas, provocaram erosões praticamente incorrigíveis, além de cobrir e derrubar casas. Houve também desabamentos de barragens de pedra e cal e arrombamentos de açudes.

IV — Demonstrativo Físico-Financeiro

A lavoura perdida é um fator de grande influência negativa na economia do município: a safra foi reduzida em 60% algodão, 60% arroz, 35% milho e 80% feijão. As despesas com preparo de terra, compra de sementes e tratos culturais já haviam absorvido todos os recursos dos agricultores, ficando seriamente comprometida a possibilidade de refazerem suas terras, surgindo, assim, uma séria ameaça de êxodo rural.

Em anexo, dados numéricos e respectivos custos relativos às restaurações dos danos.

V — Sugestões

1 — Obtenção de recursos através de Bancos oficiais, a título de empréstimos, cujos juros e prazos de pagamento sejam compatíveis à realidade vivida pelo município.

2 — A aquisição de um terreno para onde possam ser transferidos os favelados da Vila Neuma e das ruas à margem esquerda do rio Jaguaribe, atualmente desabrigados.

3 — Proceder um sério estudo sobre o rio Jaguaribe, que resulte em solução definitiva para o problema das inundações na sede do município.

VI — Conclusões

Os dados acima relatados demonstram: a gravidade dos problemas gerados pelas enchentes, suas consequências sobre a economia do município com a redução da safra agrícola; o reflexo sobre o rurícola caso não consiga meios para recuperar suas perdas, ou seja, a ameaça do êxodo rural; a posição da cidade em relação ao rio Jaguaribe e os meios viáveis para melhorar a situação do homem do campo e solucionar os problemas urbanos.

Iguatu — CE, Mai/85.

Elze Alves Lima Verde Montenegro
ELZE ALVES LIMAVERDE MONTENEGRO
 Pres. Comissão Mun. Def. Civil

Raimundo Miranda Sampaio
Dr RAIMUNDO MIRANDA SAMPAIO
 Superv. Reg. da EMATER-CE

Vicente Tadeu Aragão Matos
VICENTE TADEU ARAGÃO MATOS
 Gerente C E F/Iguatu- CE

Manoel Bandeira
Dr MANOEL BANDEIRA - Eng. Civil
 Credenciado CEF/CE

Jose Edmar Ferreira da Silva
JOSE EDMAR FERREIRA DA SILVA
 Fiscal Cart. Agrícola B.B.

DEMONSTRATIVO FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE		TOTAL	OBSERVAÇÃO
			MÉDIA	CUSTO MÉDIO		
01	-Cercas desaparecidas.....	200.000	metro linear	2.470	494.000.000	
02	-Cacimbões	181		500.000	90.000.000	Aterrados e/ou danific.
03	-Açudes	89	1.000 m3	7.600	676.400.000	Grandes e médios arramb.
04	-Barragens de pedra e cal...	12	120 m3	182.400	262.656.000	Caídas
05	-Canais de alvenaria.....	2.060	metro linear	35.000	71.400.000	Pequenos e médios danos
06	-Canais de terra.....	2.000	" "	7.600	15.200.000	
07	-Casas de alvenaria.....	108	60 m2	120.000	777.600.000	Destruídas
08	- " " "	2.100	U N D	500.000	10.500.000	Peq. Méd. e Gd. danos
09	-Casas de taipa	310	U N D	700.000	217.000.000	Destruídas
10	- " " "	2.000	U N D	100.000	200.000.000	Pequenos e grandes danos
11	-Culçamento via pública	13.500	M2	13.000	175.500.000	Competência da P M I
12	-Boeiros estradas vicinais..	15	U N D	1.500.000	22.500.000	" " "
13	-Terro e boeiros	15	235 m3	20.000	70.500.000	" " "
14	-Restauração estradas vicinais	1.030	km	30.000	30.900.000	" " "
15	-Eletrificação rural		Vb		35.000.000	Cooperativa Eletr.Rural
16	-Rede de Distrib. elétrica..		Vb		74.277.440	COELCE
17	-Autora de Manutenção.....		Vb		30.000.000	SAAB
18	-Restaur. casas financiadas.	41	U N D	3.000.000	123.000.000	C E F
19	-Restaur. estradas de terra.	9.750	M3	7.600	74.100.000	DAER
20	-Restaur. boeiros/manilha...	06	U N D	1.500.000	9.000.000	"
21	-Restaur. estradas asfalt..	51	Km	60.000.000	3.060.000.000	"
22	-Comércio/perda de mercadorias				135.000.000	Mercadorias
S O M A					6.654.533.440	

[Assinatura]
 RUBRICA

[Assinatura]
 RUBRICA

[Assinatura]
 RUBRICA

[Assinatura]
 RUBRICA

[Assinatura]
 RUBRICA

REIVINDICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IGUATU (CE), NO SETOR FINANCEIRO

Sugestões formuladas pela Prefeitura Municipal, Banco do Estado do Ceará, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, através de seus representantes nesta cidade.

Financiamentos para Comércio e Indústria

— Financiamentos destinados a todas as empresas, compreendendo micro, pequenas e médias, visando a recuperação de instalações, máquinas, reposição de mercadorias, imóveis, além de reforço de capital de giro.

Referidos financiamentos deveriam possuir longos prazos, com razoáveis carências, sem comprovação de aplicação.

— Tais empréstimos não deveriam possuir contra-indicações, já que deveriam servir a regiões afetadas por inundações rigorosas, com elevadas percentagens de perdas. A existência de outro crédito já deferido, não seria empecilho para o atendimento do cliente.

— Linhas de crédito a serem utilizadas:

- 01 — ASSPEME OU EMERGÊNCIA
- 02 — PROMICRO/BNDES
- 03 — CEAG/SEPLAN/CEBRAE
- 04 — Resolução 695 do BACEN

Financiamentos destinados à Agropecuária:

— Investimentos diversos

01 — Agrícolas

Recuperação de residências rurais, cercas, barragens, açudes, cacimbões, canais, aquisições de motores para irrigação e máquinas e implementos agrícolas, devastados pelas enchentes.

Broca, destocamento, destinados ao preparo de terras visando novos plantios, além de manter o homem do campo em seu habitat.

02 — Pecuários

Aquisição de matrizes bovinas, visando o repovoamento do rebanho da região, bastante prejudicado pelos últimos anos de seca e ultimamente pelas enchentes.

Financiamentos para atendimento aos pequenos Pescadores da Bacia do Açude Orós, devidamente cadastrados junto à SUDEPE, visando aquisições de barcos, canoas, redes e outros acessórios de pesca.

— Custeios Diversos

01 — Agrícolas

Lavouras irrigadas, já que o Município de Iguatu possui excelentes condições para tal prática, principalmente o arroz, como maior produtor do Estado, já que possui duas safras por ano, compreendendo "a das águas" e "a irrigada, localizadas em sua maioria na bacia do Orós (represa).

02 — Custeio pecuário

Aquisições de tortas (resíduos), destinadas a alimentação suplementar do rebanho bovino, já que os pastos foram afetados pelas enchentes dos rios Trussu e Jaguaribe, além do represamento elevado do Açude Orós.

Retenção e engorda de bovinos, visando a manutenção do rebanho, a fim de que o produtor não venha a se desfazer de seus animais precocemente.

Possíveis linhas de crédito

01 — Investimentos

- Investimentos com recursos normais
- PROHIDRO — irrigação
- POLONORDESTE
- PROINVEST
- FINSOCIAL
- PROPESCA

02 — Custeios

- Custeio Agrícola
- Custeio Pecuário

Considerando tratar-se de uma região propícia a irrigação, que investe elevados financiamentos nas aquisições de motobombas e similares, necessário se faz, que sejam direcionados recursos de investimentos destinados exclusivamente à implantação de projetos para energia rural em toda a bacia do Açude Orós, cujos estudos já se encontram em poder da COELCE e CERBO, entidades especializadas no assunto, única maneira de minimizar os custos dos pequenos agricultores sediados naquela região.

Considerando também que a zona urbana foi altamente atingida e tendo em vista o grande número de famílias desabrigadas, solicitamos urgentes providências no sentido de que sejam liberados recursos para desapropriação de uma área de 10 (dez) hectares e financiamento através do Projeto João de Barro para construção de um Conjunto Habitacional, com 800 (oitocentas) residên-

cias, destinadas aos atuais desabrigados da Vila Neuma e ruas à margem do Rio Jaguaribe, que foram inundadas. Iguatu/CE, 31 de maio de 1985

JOSE ALBERTO GUANACATE
Prefeito Municipal Iguatu

FRANCISCO EMERSON SILVA
Gerente BEC Iguatu-CE

RAIMUNDO NOROES OLIVEIRA
Gerente Banco Brasil S/A

ANTONIO NICOLETOS FERNANDES
Gerente Banco Nordeste Brasil

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1985, que acrescenta artigo à Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1985-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1985-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.141, de 28 de junho de 1984, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)
Não havendo oradores inscritos, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 16 minutos.)

Ata da 177ª Sessão Conjunta, em 25 de junho de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardo-

so — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wílky Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Junior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcelino — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcello Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymond Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurilio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Buthões — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uli-

ses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nilton Veloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Deol Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Cajado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alcem Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Pedro Colim — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinving — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Senhores Senadores e 265 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares, por delegação do PDT.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é sem alguma compunção, sem marcas de profunda tristeza, que compareço, agora, à tribuna da Câmara dos Deputados; é que, neste instante, venho comunicar a V. Ex^a Sr. Presidente, o meu desligamento da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, e aos meus ilustres e queridos companheiros desejo apresentar as minhas despedidas, tocado pela esperança de que a separação partidária não nos afaste do compromisso de consolidar o poder civil e do ideal e do dever de contribuir para a implantação definitiva e duradoura da democracia com que sonhamos os nossos antepassados e que, ainda agora, constitui a tarefa maior do povo brasileiro.

Vai longe, já, o ano de 1966, quando, participante ativo das lutas universitárias na cidade do Rio de Janeiro, espontaneamente, dirigimo-nos — o hoje brilhante e conceituado advogado carioca, Arthur Müller e eu — à rua Álvaro Alvim, onde ficava a então sede do MDB, no Rio de Janeiro, e nos inscrevemos em seus quadros. Àquela altura, já possuíamos marcas insupragáveis da violência em nosso corpo e na nossa alma nacionalista, geradas quer pela brutalidade policial, quer pelo silêncio das prisões mofadas, úmidas e infectas que conhecemos desde a crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros e, sucessivamente e com mais frequência com o advento do golpe militar de 1964, que maculou a nossa História, terminando por levar o Brasil à desastrosa e humilhante situação que estamos vivendo.

É claro, meus bravos e queridos companheiros, que não se rompe, assim, facilmente, com um vínculo desses, construído com tantas lutas, com tantos sacrifícios e tanta determinação. Sobre tudo porque esse vínculo, de certo modo, ajudou a moldar o nosso perfil político e de homem do povo ligado à defesa dos interesses do homem comum, na definição de Aurélio Buarque.

Lembro, ainda, Srs. Congressistas, que apesar da resistência que alguns parlamentares mais destinados ofereciam nesta Casa, sob o prego da cassação de seus mandatos, pouca ou quase nenhuma ressonância esses brados lograram junto à opinião pública, em razão, talvez, da censura desmesuradamente imposta nos meios de divulgação — a imprensa falada e escrita, que durou até o advento do Governo Geisel, sem qualquer abrandamento.

Em consequência, foi através das lutas estudantis, travadas nas ruas dos principais centros urbanos do País, que o regime ditatorial sofria um enfrentamento direto, que, aos poucos, rompia a cortina de medo que, então, dominava por completo a sociedade brasileira.

E, dessas lutas, dois momentos sacudiram as bases do autoritarismo: a morte do estudante Edson Luiz, no Restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, e a consequente "Passeata dos Cem Mil", o primeiro grande movimento de massa de protesto contra a crueldade da ditadura. Tomamos parte ativa na verdadeira "guerra" travada na Cinelândia, naquela noite, para não permitir que a Polícia carioca invadisse o Palácio Pedro Ernesto, onde o corpo do jovem assassinado estava sendo velado, e de onde a Polícia desejava retirá-lo para que a autópsia não revelasse que a bala assassina fora disparada pela própria Polícia. Não foi fácil para nós, Wladimir Palmeira, Luiz Travassos, Elinor Brito, Arthur Müller, Daniel Aarão Reis, Jean Mark e outros, suportar aquela pressão, sob as ameaças de tiroteio e cobertos pela nuvem de gás lacrimogênio. Depois do sepultamento, que como-

veu o País, organizamos a passeata histórica dos Cem Mil, que nasceu dos corredores da minha Faculdade Cândido Mendes, na Praça XV. Recordo esses fatos, Srs. Congressistas, para avivar a memória dos atuais dirigentes do PMDB e dizer-lhes que, ali, naquele momento, com o povo carioca nas ruas, nascia a convicção de que era fundamental aliar a nossa capacidade de organização e de resistência à resistência que um punhado de parlamentares vinha oferecendo aqui, na Câmara dos Deputados. E foi desse encontro de idéias, foi dessa determinação que o então MDB se nutriu, cresceu e fortaleceu-se, para, seis anos depois, apesar do medievalesco AI-5, desaguar nas eleições de 74 como um grande partido de massa.

Esses momentos, Srs. Congressistas, esses flagrantes tão vivos ainda na minha memória é que não desejo abjurar, pois, em que pese à disposição de varrer o "entulho autoritário" gerado pelo ventre cruel da ditadura, nós ainda não resgatamos completamente o sofrimento do povo brasileiro, reconhecendo, como reconheço, que a anistia não se completou, como não se aliviou o pesado fardo imposto à Nação pela política econômica ditada pelos interesses dos banqueiros internacionais, como não foram criadas — se bem que há compromissos nesse sentido — condições para uma fiel aferição da vontade popular nos pleitos eleitorais.

Nesses anos de obscurantismo, reduziram os rebanhos bovinos do Brasil, liquidaram com a agropecuária nacional, endividaram o País interna e externamente, concentraram o capital financeiro através dos conglomerados de bancos privados, extorquiram os assalariados, semearam a violência nas cidades e no campo e submetaram a Nação a uma verdadeira cascata de humilhações políticas e de escândalos financeiros que nos envergonham perante a comunidade internacional, situação que favoreceu a criação da Aliança Democrática que venceu a ditadura.

Entretanto, se a Aliança Democrática venceu a ditadura, é verdade também que não demonstra grande empenho em mergulhar nas causas que a geraram e que, sem cuja remoção, não cumprirá os seus desígnios e, pela undécima vez, levará o povo à frustração.

É forçoso reconhecer que a tarefa de mudar a política econômica, para que o País não continue sugado pela ganância financeira internacional, combater a corrupção que imundou a administração pública, voltar a ação do Governo para os segmentos marginalizados e carentes da população é dever indeclinável do PMDB, que, ao menos, não tem o sentimento de culpa de ser parceiro, uma vez que combateu o regime autoritário e corrupto, e em nenhum momento colaborou com ele.

Hoje, 100 dias após a posse da Nova Ordem, assisto entristecido ao meu ex-combativo partido desfilando desolado pelos corredores palacianos e ministeriais a disputar pequenas migalhas do Poder e esquecido dos compromissos assumidos sob o olhar delirante das multidões que se reuniram nas praças públicas, como se atacado de incurável amnésia, e, suprema desgraça, de braços dados e aos beijos com os "brucutus" da violência, corruptos dilapidadores do erário público, que ontem, sob aplausos, combatiam.

Um dia, quando o barco eufórico comandado pelo ex-Ministro Mário Andreazza naufragou, alguns de seus tripulantes foram dar à ilha onde o saudoso Tancredo Neves armazenava viveres e acomodava, qual Noé redutivo, em seu barco, os passageiros que reuniu para vencer o "dilúvio ditatorial". Ofegantes, apressaram-se em pedir um lugar. Piedoso, o timoneiro acedeu, mas exagerou na bondade, pois, ao invés de um lugar nos porões, junto à carga, onde não seria menor o risco, pelo menos para a carga, acomodou esses piratas nos melhores camarotes, causando a primeira revolta entre os tripulantes que sabem vão ter que enfrentar tempestades e mar revolto durante a viagem, posto que os embarcados de última hora não são capazes de nevargar senão em águas turvas e revoltas.

Não faço protesto fora de hora. No momento mesmo em que o Presidente Tancredo recebia esses oportunistas, adverti-o sobre o perigo que o seu gesto traria para todos nós, especialmente para as oposições baianas. Com a mão sobre o meu ombro, o Presidente disse-me que ficasse tranqüilo, como a garantir que aquela adesão não valeria qualquer preço político.

Minha tranqüilidade durou até o dia em que foi anunciado o Ministério, que é o retrato da manébia da Nova

República com alguns dos mais vigorosos esteios da ditadura.

Hoje — quem pode negar? — o PMDB já não se entende e a imprensa nacional já não lhe realça a combatividade, que perdeu, mas destaca o seu apetite pelos cargos, tachando-o de fisiológico.

Sei que estou indo e não lhes posso dar, ainda, o meu novo endereço político, caros companheiros, mas, onde quer venha a parar, não esquecerei o compromisso de ajudar na consolidação do Poder Civil, repito, nem faltarei ao Presidente José Sarney, enquanto sua conduta mantiver a transparência dos primeiros 100 dias e a seriedade deitar o seu resumo e respaldar os seus atos, pois, entendo, a seriedade é o primeiro grande atributo do homem público.

Um dia, Marat, um dos expoentes da Revolução Francesa, sobre a Declaração de Direitos e os compromissos da Revolução com o povo, disse:

"O vosso famoso compromisso não passa de uma fantasia para iludir os incautos, a vossa Nova República não passa de um disfarce do velho autoritarismo, porque ela, no fim das contas, apenas dá aos ricos e poderosos as vantagens e aos políticos do velho todas as honras do Novo Regime!"

Nesta despedida, companheiros do PMDB, conclama a todos para que nos mantenhamos fiéis aos nossos compromissos com o povo, pois somente assim não teremos que parafrasear o revolucionário francês.

A Sra. Cristina Tavares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELQUISSON SOARES — Com muito prazer.

A Sra. Cristina Tavares — Deputado Elquisson Soares, o comportamento político de V. Ex^a nesta Casa, desde que aqui chegamos, em 1979, foi sempre de um Parlamentar não apenas aguerrido, inteligente e honesto, mas, sobretudo, de um homem que tem a consciência política da necessidade do avanço social. V. Ex^a, como eu, participou de um grupo progressista na Legislação passada, que a imprensa chamou de "Tendência Popular", justamente porque entendíamos que era preciso direcionar o partido, que era preciso priorizar, dentro do PMDB, as questões que diziam respeito às causas populares. V. Ex^a agora deixa o PMDB para fazer uma outra opção partidária. Lamento essa sua decisão e digo a V. Ex^a que é uma grande perda para o PMDB, neste momento em que travamos uma luta definitiva e em que os segmentos progressistas do partido procuram, dentro das circunstâncias de uma Nova República retomar para o partido a sua linha programática mais incisiva, aquela que deu credibilidade, perante a opinião pública, inicialmente ao MDB e, depois, ao PMDB. Mas não posso deixar de registrar, Deputado Elquisson Soares, que V. Ex^a comete algumas injustiças para com o novo Governo. Evidentemente, saído de um Colégio Eleitoral permeado de "pianistas" por todos os lados, não poderia o Governo da Nova República ser aquele que sairia das urnas populares. Fomos derrotados. V. Ex^a e eu, por muito tempo, não nos conformávamos com a derrota. Insistimos nas eleições diretas, porque tínhamos certeza de que, com fruto do Colégio Eleitoral, os piratas de ontem haveriam de se abrigar no velcro da Nova República. É tradicional, Deputado Elquisson Soares, e não causa estranheza a ninguém quando afunda o navio, os ratos saltam do convés para o mar. Entretanto, não fomos nós, Parlamentares, que assumimos a responsabilidade de ir ao Colégio Eleitoral, aceitando circunstâncias novas e não desejadas, foi o povo brasileiro. Foi ele que nos deu forças para vir perante este microfone e as câmaras de televisão pronunciar o nosso voto no Colégio Eleitoral. E votamos em Tancredo Neves. Menos de 30 dias depois, tínhamos um novo Presidente em circunstâncias diferentes. Não há como deixarmos de raciocinar sobre as dificuldades por que passa o País, na sua readaptação ao novo Presidente, ao novo Ministério, assim como nas contradições internas dos Ministérios e dos políticos. Mas saiba V. Ex^a, Deputado Elquisson Soares, que sua voz fará muita falta ao PMDB, para os ideais, os programas, as políticas e a contestação que teremos de fazer, mais cedo ou mais tarde, à política social, à política econômica, como a reforma agrária, por exemplo. A voz de V. Ex^a nas nossas fileiras haveria de contribuir muito

para que as idéias que defendemos juntos fossem vitoriosas dentro do PMDB e do Governo da Nova República.

O SR. ELQUISSON SOARES — Nobre Deputada Cristina Tavares, é provável que haja injustiças no meu pronunciamento, mas a nobre colega há de reconhecer a minha posição, sobretudo porque V. Ex^a, mais do que ninguém, tem convivido tão intimamente não apenas comigo, mas com todo o grupo que sempre esteve à frente daquela atitude combativa do PMDB, ao longo desses quase 7 anos. Posso assegurar a V. Ex^a que se a questão partidária vai-nos separar, os ideais não. Estaremos juntos. O PMDB combativo de ontem, em face de razões inexplicáveis do ponto de vista político-ideológico, dessa tribuna, ainda há poucos dias, aprovava o projeto do Sulbrasileiro. Em circunstâncias outras, se essa matéria fosse encaminhada pela Arena ou pelo PDS, o mundo viria abaixo, e não nos calaríamos.

A Sra. Cristina Tavares — Só gostaria de lembrar a V. Ex^a, a bem da verdade, que o caso Sulbrasileiro foi defendido, não pelo PMDB, mas pela bancada do Rio Grande do Sul, com muita ênfase, seja do PMDB, do PDS ou do PDT, partido a que V. Ex^a agora se filia.

O SR. ELQUISSON SOARES — Nobre Deputada, ainda estou sem endereço político. Estou discutindo com o PDT a possibilidade de tê-lo. Defendi aquele projeto nos termos em que o fizera o PMDB. À sua Liderança é que não cabia fazê-lo. Combatemos ao longo dessa história de vinte e um anos, todas essas mazelas, e nós mesmos terminamos por praticá-las. Nivelamo-nos, portanto, à ARENA e ao PDS de hoje. É para não trair esses objetivos, é para não trair esses ideais que me afasto, para preservar na memória aqueles dias belíssimos de combatividade que o nosso partido oferecia. Mas esteja certa, Deputada Cristina Tavares, V. Ex^a que é um dos expoentes do PMDB e uma das Parlamentares mais destacadas na Casa, por várias razões, que não nos desviaremos, estaremos juntos até para cumprir o desígnio de consolidar o poder civil e fazer com que a população brasileira, amanhã, possa escolher os seus governantes e ditar os seus destinos. Não tenha dúvida de que estarei sempre próximo de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Raul Bernardes.

O Sr. Raul Bernardes — Nobre Deputado Elquisson Soares, no exercício eventual da Liderança do meu partido, o PDS, nesta Casa, nesta sessão, ouço V. Ex^a nessa tribuna dizer que sai do PMDB. É mais uma expressão deste Parlamento que deixa o partido outrora da Oposição e hoje do Governo. V. Ex^a tem sabido ser combativo e honesto em suas proposições e em sua atuação nesta Casa. V. Ex^a sempre se houve operoso e dinâmico nos trabalhos da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. V. Ex^a é uma das vítimas do que eu chamaria "o feitiço virando contra o feitiço". O feitiço é o PMDB, que outrora sorria dos desertores do meu partido, o PDS, que o deixavam ou traíam seus ideais para servir a outro partido. E V. Ex^a se vê, hoje, neste emaranhado da Aliança Democrática dizendo — expressões proferidas por V. Ex^a — que assiste ao PMDB disputando migalhas do poder de maneira fisiológica e subversiva, e que há alguns poderosos de ontem ainda no Governo de hoje. É lamentável, nobre Deputado, que o partido a que pertenceu V. Ex^a o tenha levado a esta situação. Mas quero tranquilizá-lo: pelo seu valor pessoal, pela maneira como V. Ex^a sempre tem agido nas duas Casas do Congresso Nacional, não precisa preocupar-se com o seu futuro político, porque haverá de fazer uma outra opção partidária: V. Ex^a é homem de coerência, homem com profunda representação popular. V. Ex^a ainda possui um endereço político: o endereço de V. Ex^a é a altaneira Câmara dos Deputados e o independente Congresso Nacional. Cumprimento V. Ex^a pela sua decisão, compreendendo perfeitamente os motivos pelos quais foi levado a esta situação.

O SR. ELQUISSON SOARES — Agradeço a V. Ex^a as palavras bondosas, Deputado Raul Bernardes. Realmente há as razões que alinhabei no meu discurso e as que ainda, há pouco apresentei em resposta ao aparte da Deputada Cristina Tavares. Outros motivos estão presentes. Poderia, por exemplo, respondendo a V. Ex^a, dizer que, na verdade, não recebo, com satisfação a notícia da filiação de inúmeros parlamentares que ontem discurs-

savam dessa tribuna contra o PMDB, contra a possibilidade de dar fim ao regime ditatorial. Refiro-me àqueles direitistas mais marcados aqui na Casa, que acusavam da Igreja a Nosso Senhor Jesus Cristo, e que faziam do PMDB a sua caixa de pancadas. Hoje ingressam no partido e merecem da direção um certo destaque. Os chefes do partido chegam mesmo a se empenhar entusiasticamente pela nomeação de Governadores indicados por esses parlamentares para alguns Territórios. Sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esses fatos estão sendo analisados profundamente pela bancada do PMDB. Estou certo de que, se nesse primeiro instante parece que estou partindo só, ao longo da caminhada serei alcançado por muitos daqueles que não abdicam de sua formação ideológica, das suas preocupações com o futuro do País e, sobretudo, de sua dedicação às lutas populares.

Agradeço profundamente, Deputado Raul Bernardes, o aparte com que muito me honrou.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS (PMDB — RJ, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, recebi da Comissão Pastoral da Terra de Goiânia um importante documento sobre a questão agrária no Brasil, que está a merecer de todos nós uma profunda análise e reflexão. Todos sabemos que há milhões de brasileiros vivendo em condições subumanas no interior do País, sejam trabalhadores rurais, sejam posseiros ou meeiros, e por que não dizer também pequenos proprietários rurais, sendo que estes últimos trabalham em uma economia de subsistência.

A Reforma Agrária, ora em discussão, no meu entendimento, é um complexo de medidas que envolve o fim do latifúndio improdutivo e as grandes propriedades rurais sem qualquer atividade econômica. Ela, a reforma agrária, visa à distribuição gratuita da terra, assistência técnica aos novos proprietários, crédito bancário sem juros ou com juros suportáveis e comercialização da produção. Ela, ainda no meu modesto entendimento, no atual ciclo histórico da nossa economia, deverá ser diferenciada e com modelos distintos de região para região.

Entendo que poderia neste momento estender-me mais sobre o assunto, mas o meu objetivo, nesta sessão do Congresso Nacional é transcrever o documento recebido.

Com este propósito, Sr. Presidente, tomo a liberdade de solicitar a V. Ex^a a transcrição nos Anais do documento a que me referi.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS

“A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E O PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

A questão da Reforma Agrária é uma questão política. No debate que hoje se trava a nível nacional em torno desta questão, a Comissão Pastoral da Terra — CPT apresenta seus pontos de vistas ao Governo e à opinião Pública.

1 — Partimos do pressuposto de que o Governo Federal elaborou e apresentou ao país o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, com a intenção de executá-lo, honrando assim os compromissos assumidos durante a campanha da Aliança Democrática para a eleição presidencial no extinto Colégio Eleitoral.

Mesmo considerando as limitações do PNRA ora em discussão, não nos surpreendemos com a onda de reações e ameaças dos latifundiários, veiculadas fartamente pela grande imprensa. O objetivo dessa reação em cadeia por parte dos senhores de terra é claro: semear o passionalismo e a confusão, impedindo dessa forma a discussão séria e profunda deste problema central da crise brasileira e o encaminhamento de soluções corajosas e democráticas.

2 — Os trabalhadores rurais, o movimento sindical e a CPT junto com eles, conhecem há muito a truculência dos latifundiários. Só no ano de 1984, 116 lavradores e líderes sindicais foram assassinados por seus esbirros em conflitos pela posse da terra.

A gritaria orquestrada contra o tímido PNRA do Governo Federal, revela que a classe dos latifundiários ficou a descoberto. Está isolada na tentativa de manter a

qualquer custo — inclusive com a utilização de exércitos particulares — os seus privilégios. Os grandes senhores de terra foram cevados durante 20 anos de regime militar com uma política de incentivos fiscais e de crédito que favoreceu a concentração da terra e fortalecer o seu poder político.

Hoje, se sentem com forças para desafiar a imensa maioria da Nação que exige uma Reforma Agrária imediata que modernize e democratize a propriedade rural no Brasil.

3 — A questão da Reforma Agrária no Brasil tem girado, nos últimos anos, em torno do Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964. O PNRA se inspira no Estatuto da Terra, que não responde aos interesses dos trabalhadores rurais.

Reunidos no seu IV Congresso Nacional, realizado em Brasília, de 25 a 30 de maio de 1985, os trabalhadores rurais fixaram algumas reivindicações que vão além das limitações do PNRA:

— Extinção imediata do GETAT e GEBAM e revogação das exposições de motivos 005 e 006 do Conselho de Segurança Nacional;

— Legalização das ocupações de terra feitas pelos trabalhadores, ouvido o movimento sindical;

— Desapropriação de empresas rurais, considerando que os latifundiários têm usado do expediente de oficializar nos cartórios os seus estabelecimentos como empresas rurais;

— Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais como forma de impedir o crescimento do latifúndio;

— Desarmar as milícias particulares, apurar e punir os assassinos de trabalhadores rurais e líderes sindicais.

Ao fixar essas reivindicações imediatas, os trabalhadores e seu movimento sindical deixam claro que o PNRA deve ser mais arrojado para alcançar o objetivo de democratizar a estrutura fundiária do País, rompendo com o monopólio da terra.

Fazemos nossas as reivindicações dos trabalhadores, porque entendemos que a terra não deve permanecer concentrada nas mãos de uma classe de parasitas que não a utiliza produtivamente, mas com fins especulativos. O país, assolado pela fome, deve garantir aos seus trabalhadores a terra necessária para viver e produzir os alimentos necessários à população.

4. — Ao lançar o PNRA, o Governo Federal se dispõe a enfrentar o seu primeiro dilema de vulto. Ou encontra canais para estabelecer o suporte político necessário à consecução da Reforma Agrária e honra seus compromissos de mudança; ou se rende às pressões da minoria de latifundiários que rejeita as exigências do conjunto da Nação e se desmoraliza.

5. — Concluímos reafirmando a posição recentemente expressa por nós ao Ministro Nelson Ribeiro: a Reforma Agrária só se faz com sustentação política; os proprietários são contra, não podem ser convocados como co-autores de um programa de Reforma Agrária. Por outro lado, para contar com os trabalhadores é necessário reconhecer suas conquistas e ouvir suas sugestões, a fim de se conseguir as modificações necessárias na estrutura agrária.

De nossa parte, a contribuição continuará dirigida para reforçar a organização autônoma dos trabalhadores, sempre dispostos a fazer o que for necessário para que os camponeses conquistem a “terra de trabalho” que necessitam para viver.

Fiéis à orientação de ser serviço aos trabalhadores, de acordo com os documentos da CNBB (especialmente “Igreja e problemas da terra”, 1980), reafirmamos aqui a nossa disposição de continuar a luta pela democratização da estrutura fundiária do Brasil.

Goiânia, aos 10 de junho de 1985.

Comissão Pastoral da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, comemora-se hoje, dia 25 de junho, a Data Nacional de Moçambique, com cerca de 11 milhões de habitantes e mais de 783 mil Km² de território, Moçambique tem um governo nascido das lutas de libertação do seu povo, sob a liderança do Presidente Samora Machel.

Em 25 de junho de 1975 é proclamada a República Popular de Moçambique, depois da derrubada do regime salazarista promovida pelo movimento de 25 de abril de 1974, em Lisboa.

A libertação de Moçambique do jugo colonial português teve o sacrifício de milhares de moçambicanos. Nessa luta destaca-se a criação da FRELIMO — Frente de Libertação Nacional, criada a 25 de junho de 1962, por Eduardo Mondlane, que obteve a união dos três principais grupos que enfrentavam a dominação portuguesa. Mondlane foi assassinado em 1969 pelos colonialistas, quando já a FRELIMO mantinha sob seu controle um quinto do território de Moçambique.

Com a vitória do movimento e a libertação do país, o Governo nacional de Samora Machel promoveu a nacionalização do ensino, dos bancos, dos serviços de saúde e das multinacionais ali sediadas.

Apesar das imensas dificuldades, enfrentando as constantes violações de seu território pelo regime de Ian Smith, da África do Sul, o Governo de Samora Machel contribui firmemente para a libertação de Zimbábue, fortalecendo os novos países africanos no projeto de defesa e desenvolvimento comuns e na luta contra o racismo da África do Sul.

Os crescentes ataques da África do Sul, as secas e inundações têm dificultado o pleno sucesso dos planos governamentais, mas não reduzem o entusiasmo do povo moçambicano. Os “bandidos armados” recebem grande ajuda econômica para criar dificuldades ao povo e ao governo de Moçambique.

Melhoraram ultimamente as relações dos Estados Unidos com o Governo de Samora Machel. A condenação das Nações Unidas aos atentados da África do Sul não foi ainda capaz de conter o braço do governo racista sul-africano. Nem mesmo a assinatura dos Acordos de Nkomati, com a África do Sul, fizeram cessar os atentados e violações mencionados. Quando integrava a Comissão de Relações Exteriores, tive oportunidade de manifestar o maior apoio a que o governo brasileiro aprofunde seu relacionamento com Moçambique.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, fazendo o registro da Data Nacional de Moçambique, espero que o Brasil reforce sua condenação à África do Sul e seu apoio e relacionamento e intercâmbio com o povo e o governo moçambicanos, para o fortalecimento da conveniência pacífica e independente de todos os povos e a consolidação da paz mundial.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabamos de ouvir a manifestação do Deputado Elquisson Soares. Companheiro relativamente novo de S. Ex^a, eis que veio para cá em 79, período em que eu não estava aqui — só retornei à Câmara dos Deputados em 82 — quero deixar registrado também todo o meu apreço, toda a minha consideração e todo o meu respeito a esta figura extraordinária que a Bahia mandou para representá-la no Parlamento Nacional. Durante o tempo em que convivemos — e ainda haveremos de conviver — o Deputado Elquisson Soares sempre demonstrou ser idealista, lutador, extremamente empenhado em bem servir a sua Pátria.

Evidentemente, houve desencontros — os desencontros políticos são comuns. Posso dizer, porém, como velho emedebista de 66, que foram muitos os desencantos que tive na fase inicial do meu MDB, atual PMDB. Ainda em fase mais recente, na década de 70, também tive desencantos com o MDB. No entanto, ainda hoje permaneço nas fileiras do partido, certo de que não só a minha, mas a presença de todos os companheiros, daqueles que têm os mesmos propósitos, as mesmas intenções, aqueles que estão aqui para servir, para atuar e trabalhar, haverá de corrigir os eventuais descaminhos de qualquer unidade da nossa corporação política no curso de sua vida.

Deixo aqui o meu abraço, a minha solidariedade e, principalmente, todo o meu apreço à inteligência, à capacidade e ao espírito de luta do Deputado Elquisson Soares.

Passo agora a abordar o assunto que originalmente me trouxe a esta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no Governo democrático do Estado de São Paulo a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Governador, desde o início da atual gestão, tem desenvolvido um trabalho criativo e livre de crises censórias.

Depois de anos e anos de autoritarismo, a imprensa estadual consegue desenvolver um amplo e ágil trabalho de comunicação política e social, cujo objetivo é veicular os programas, atuações e metas dos inúmeros setores da administração, das Secretarias, das Estatais, atendimentos às reivindicações, campanhas, boletins de utilidades públicas, etc. Neste sentido, a referida assessoria tem atuado assiduamente, com força intelectual e pedagógica, a serviço do progresso cultural e social do povo de São Paulo.

Segundo o renomado professor e jornalista Almir de Oliveira, é vital o papel desempenhado pela imprensa livre: "O direito de liberdade de expressão é um postulado que hoje integra não somente o Direito brasileiro, mas o Direito Internacional, como se pode ver no artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1º de dezembro de 1948. Ali se lê:

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade, sem interferência, de ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Ficou, desde então, reconhecido, no plano internacional, o direito à liberdade de expressão e de informação, sem interferências, isto é, sem prévia censura. Isto diz direta e intimamente com a atividade jornalística e significa uma conquista do pensamento democrático no plano universal. A pouco e pouco esse direito vai rompendo os preconceitos que infelizmente ainda existem contra a livre expressão das idéias e opiniões, o livre debate das questões que interessam à sociedade internacional e às sociedades nacionais.

Isto nos dá a idéia plena do quanto significa para o mundo moderno a imprensa como órgão de comunicação do pensamento, como instrumento de aproximação dos povos, como agente civilizador. E nos ensina, por outro lado, que, para ser perfeita a comunicação do pensamento, para ser completa a aproximação dos povos, para ser eficaz a obra civilizadora da imprensa, ela deve ser livre da tutela do Estado. Não só livre da tutela estatal, mas também livre da ação corruptora dos dinheiros públicos e particulares, tão perniciosos quanto a censura, porque, se a censura humilha, violenta e subjuga, a força do dinheiro acanalha, amolece o moral, destrói as forças mais preciosas do jornalismo, para fazê-lo instrumento dos que demandam o poder com intenções indignas, dos que insistem em manter-se em posições conquistadas pela força da corrupção. E é preciso ter muita fibra para não sucumbir a esses inimigos da liberdade de imprensa. Por isso é que lhes disse ser árdua e angustiada a labuta diária dos homens de jornal. E é exatamente por ser árdua e angustiada que ela dignifica e engrandece.

Assim, neste exercício de liberdade indispensável à sua existência e à sua ação, queremos parabenizar a Assessoria de Imprensa do Governo do Estado de São Paulo pela recente publicação *Recortes da Semana*, que coloca em destaque as principais notícias sobre a incansável administração de nosso Estado, trabalho este calcado na livre manifestação do pensamento, de que a imprensa é o principal e o mais eficiente veículo.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra para Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a V. Exª como Líder do PFL.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros colegas do Congresso Nacional, estava no meu gabinete, quando ouvi o discurso do meu companheiro da Bahia, amigo de longos anos, que conheci na Assembleia Legislativa do meu Estado, Deputado Elquisson Soares. Apresssei-me em chegar ao plenário para apresentar minhas homenagens ao meu velho amigo, Parlamentar de excelente qualificação, homem de espírito público, devotado aos interesses maiores do País e do seu Estado. Sem dúvida, alguma, tem sido das mais destacadas a atração de Elquis-

son Soares, na Câmara dos Deputados, que neste momento recebe as homenagens de tantos quantos pertencem a esta instituição. Não poderia, portanto, como seu colega na Assembleia Legislativa da Bahia, e hoje na Câmara, deixar de dizer-lhe que sua saída do PMDB não o afasta do nosso convívio. Estamos solidários com o seu novo caminho, pois sabemos e temos a consciência nítida de que onde estiver o Deputado Elquisson Soares estará sempre o homem público das melhores qualificações, e que todos nos poderemos honrar de ser seu colega.

Quero, neste instante, abraçar o Deputado Elquisson Soares e dizer-lhe que, como seu amigo, lamento deixar ele o PMDB. Mas estou certo de que S. Exª9, ao escolher uma nova vereda, irá certamente reconstruir seus valores maiores, seus ideais, sua postulação política, num novo partido.

Eu o felicito pelo seu discurso, embora não desejasse saísse ele desse enorme arco, que é a Aliança Democrática.

O Sra Cristina Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Como Líder. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Deputado Elquisson Soares, uma das mais bravas figuras da bancada do PMDB, anuncia hoje o seu desligamento do partido.

A carreira parlamentar do Deputado Elquisson Soares merece não apenas o respeito dos seus colegas, mas também o respeito da opinião pública do seu Estado e do País inteiro. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, respondendo pela Liderança do PMDB, creio que o Deputado Elquisson Soares foi profundamente injusto e rigoroso ao analisar as razões políticas que o fazem desligar-se deste partido que foi a bandeira da resistência durante vinte e um anos de autoritarismo e que, com coragem e denodo, enfrenta as contradições de um Governo saído de um Colégio Eleitoral. S. Exª, de forma injusta — repito — atribui ao PMDB e aos partidos que dão apoio ao Governo — e, no caso específico, também ao Partido Democrático Trabalhista — um comportamento em tudo semelhante àquele dos escândalos, como o da CAPEMI, e do Caso Baumgarten, ocorridos na Velha República. Não é precisamente assim. É verdade que a questão do Sulbrasileiro é controvertida e a solução dada pelo Governo mereceu, por parte de considerável número de integrantes da bancada do PMDB, sobretudo dos Estados do Nordeste, veemente protesto. Mas não se pode, de forma alguma, comparar os escândalos passados com a herança que recebemos do Sulbrasileiro. Representantes de todos os Estados do Sul do País, de todos os partidos — diga-se, de passagem, do PDS, do Partido da Frente Liberal, do PDT, do PTB, do PT, do PMDB —, reclamavam a intervenção governamental para que não fossem à falência centenas de pequenas indústrias, para que não fossem levados ao desemprego milhares de trabalhadores do Banco Sulbrasileiro. Não estou considerando a solução acertada, embora o meu voto tenha sido favorável à injeção de 900 bilhões de cruzeiros no Banco Sulbrasileiro. Mas ficou claro que os corruptos deveriam ser punidos, ficou claro que se pretendeu estatizar o Banco Sulbrasileiro. Portanto, parece-me, Sr. Presidente, que o argumento do Sulbrasileiro, invocado pelo nobre Deputado Elquisson Soares, faz parte, o que é natural, de um momento de ruptura que toca todos nós, e toca também o Deputado Elquisson Soares.

Ouçõ o nobre Deputado Elquisson Soares.

O Sr. Elquisson Soares — Nobre Deputado, inicialmente sou profundamente grato às palavras de V. Exª. Quanto ao episódio do Sulbrasileiro, em que o PMDB se envolveu — e se envolveu a ponto de impedir que Vice-Líderes se manifestassem contra a votação do projeto — devo dizer a V. Exª que marcou o Partido em definitivo. Havia sugestões de parlamentares do PMDB que eram favoráveis, na verdade, ao socorro ao Sulbrasileiro, mas de forma que a sociedade não fosse penalizada como o foi, porque, da maneira como foi feito, o PMDB aceitou

cobrir o rombo sem maiores discussões. E havia formas para que a sociedade não fosse tão penalizada, à quais infelizmente não foram analisadas. Devo dizer inclusive que mesmo cheguei a oferecer, numa dessas oportunidades, sugestões que infelizmente o partido não abraçou. Mas, de qualquer sorte, o que vale a pena salientar é que, indo para qualquer dos partidos políticos próximos ao PMDB, como o PT ou PDT — na verdade estou entabulando conversas com o PDT —, de uma coisa tenho V. Exª certeza: não serei jamais conivente com atos que possam comprometer o Parlamento e que possam, sobretudo, ferir o patrimônio nacional. Todos os escândalos deverão ser apurados — é um apelo até que se faz ao PMDB — e em todas essas investidas V. Exª há de contar comigo lado a lado, porque este é um dos compromissos que tenho com a opinião pública brasileira.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Tenho a certeza, Deputado Elquisson Soares, de que a voz de V. Exª, em qualquer opção partidária que fizer, estará sempre aliada ao que poderemos até chamar de grupo progressista suprapartidário, com cuja constituição tantas vezes se souzou neste Parlamento.

Ouçõ o nobre Deputado Nelson Marchezan.

O Sr. Nelson Marchezan — Eminentíssima Deputada Cristina Tavares, gostaria de, graças à gentileza de V. Exª, introduzir duas observações no seu discurso. A primeira, é a que todos conhecemos a independência e a coragem com que o Deputado Elquisson Soares exerce seu mandato neste Congresso.

A SRA. CRISTINA TAVARES — E todos nós o louvamos, por igual.

O Sr. Nelson Marchezan — Exatamente. Ele sempre teve a coragem de, até ficando só, ir à tribuna expressar o seu pensamento. E tem conseguido, por esta coragem, por esta lisura de comportamento, por esta atitude franca, aberta e corajosa, entre outras qualidades, a nossa admiração e estima. É o que se está vendo, tanto no pronunciamento de V. Exª, como no de todos aqueles que estão comentando a decisão que ele acaba de tomar, retirando-se do PMDB. Agora, gostaria de me aliar a V. Exª, nobre Deputada, na medida em que entende que o caso Sulbrasileiro não é razão suficiente para essa decisão. Na verdade, nobre Deputada Cristina Tavares, o caso Sulbrasileiro foi um daqueles que em boa hora, o Governo submeteu ao Congresso Nacional. Eu condenaria o Governo por ter, mudando as regras do Conselho Monetário, destinado quantia superior ao atendimento de dois ou três bancos paulistas. O que se fez foi apresentar à opinião pública o Banco Sulbrasileiro como exemplo odioso, criminoso de corrupção, como resultado de uma política nefasta, cujo responsável deveria ir para o pelourinho; ser crucificado e apresentado à opinião pública como execrável. E isto se conseguiu, desgraçadamente. O meu Estado, o meu Rio Grande, o Sul do País, teria sua imagem denegrida não fossem atitudes corajosas como a de V. Exª, que, embora de Pernambuco, apoiou corajosamente a solução. Sem atos como este, não teríamos conseguido a vitória. Nesse ponto o Deputado Elquisson Soares se equivocou. E se equivocou muito mais, Deputada Cristina Tavares, porque o substitutivo que apresentamos determinava que o Governo Federal promovesse a venda de ações de outras companhias estatais para subscrever este dinheiro do Banco Sulbrasileiro, de tal forma que não estivesse tirando nenhum dinheiro de ninguém deste País, nem aumentando o grau de estatização da nossa economia, mas, sim, indo em socorro de uma instituição que por mais de cem anos se ligou e esteve ligado à sorte e ao desenvolvimento de uma região do País. Por outro lado, nobre Deputada, como V. Exª bem acentuou, estava no projeto de origem do Governo a punição dos responsáveis. E esta Casa encontrou um forma de, sem adicionar mais recursos do Poder Público, pela simples venda de ações de outras instituições, salvar uma instituição tão importante para o Sul do País. Volto a dizer que admiro, estimo, respeito — e tenho proclamado isto — o nobre Deputado Elquisson Soares. Respeito a sua decisão de hoje manifestar sua discordância com o PMDB. Mas, no caso Sulbrasi-

leiro, S. Ex^a, que é brilhante, esteve equivocado. Obrigado.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Deputado Nelson Marchezan, há uma tese que me parece equivocada, defendida por V. Ex^a neste momento, quando condena a estatização do Sulbrasileiro. O Estado, Deputado Nelson Marchezan ...

O Sr. Nelson Marchezan — Não condeno. Perdão, V. Ex^a se equivocou, porque não a condenei.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Então eu ouvi errado.

O Sr. Nelson Marchezan — Quero dizer a V. Ex^a, nobre Deputada, que participei de uma Comissão, embora dela não fosse membro, que o Deputado Flávio Marcílio coordenou, e o substitutivo então apresentado, que estatizou o Sulbrasileiro, serviu de base para a Comissão Interpartidária. E a conclusão da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados foi redigida no meu gabinete, por meus assessores, sob a minha orientação. Fui e sou favorável à estatização. Achei que devíamos ter feito um grande banco no Sul do País. Tanto isto é verdade que vim a esta tribuna para condenar os vetos que o Governo após ao projeto.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Perdoe-me. Ouço o nobre Deputado Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes — Nobre Deputada Cristina Tavares, é lamentável, sob todos os aspectos, a perda para o PMDB do concurso do nobre Deputado Elquisson Soares. Deputado sério, combativo, que através dos anos sobressaiu-se na tribuna quer da Câmara dos Deputados, quer do Congresso Nacional, pela sua luta indomida em defesa das causas sociais. Lamento apenas, nobre Deputada Cristina Tavares, que o nobre Líder do PDS, Deputado Raul Bernardo aproveite ocasião como esta para tentar analisar a economia interna do PMDB, analisar o comportamento do PMDB, dizer por que o PMDB luta, acusando o partido de viver no momento, brigando por migalhas. O nobre Líder do PDS, ora de plantão estava na obrigação de vir a esta tribuna não só lamentar a perda pelo nosso partido do Deputado Elquisson Soares, mas também justificar a perda de todos os companheiros do PDS que deixaram o seu partido, buscando outras siglas. Ai, sim, teria a autoridade que sempre o acompanhava de, nesta tarde, julgar os erros do PMDB que motivaram a saída do Deputado Elquisson Soares. Mas, para que não faleça a autoridade ao nobre Deputado Raul Bernardo, seria necessário que ele justificasse, da tribuna, o motivo da saída, o motivo da deserção e do abandono de tantos e tantos companheiros ilustres que militavam no partido de S. Ex^a e que, por um ou outro motivo, também deixaram a sigla que ele representa, com tanto brilho, na condição de Líder. Volto apenas a repetir ser lamentável, sob todos os aspectos, que o Deputado Elquisson Soares abandone o PMDB. Agora, conforta-nos saber que S. Ex^a não abandona esta Casa.

A SRA. CRISTINA TAVARES — De fato, Deputado Heráclito Fortes, de uma coisa todos estamos certos: por mais honrados que tenham sido os Deputados que integraram o PDS — a ARENA, que foi, a certo momento, o maior partido do Ocidente — é difícil que se encontre um Parlamentar que se aproxime, em brilho e em combatividade, ao Deputado Elquisson Soares.

Desta forma, diria até a V. Ex^a que a perda de um Deputado do PMDB, como a perda do Deputado Elquisson Soares, é para o nosso Partido mais grave do que centenas de Parlamentares que abandonaram o PDS, justo no momento em que o navio afundava.

Ouço V. Ex^a, Deputado Doreto Campanari.

O Sr. Doreto Campanari — Nobre Deputada Cristina Tavares, também lamentamos profundamente a saída do grande companheiro Elquisson Soares, do PMDB para ingressar no PDT. Mas lembramos que a História registra que Churchill mudou de partido e justificou-se dizendo ter mudado de partido por haver encontrado outro que possuía melhor programa. Esperamos que o PDT tenha melhor programa do que o nosso Partido, o PMDB.

Tenho a certeza de que Elquisson Soares será reeleito Deputado Federal na sigla onde estiver, devido as suas qualidades, a sua competência, a sua cultura política. Digo isso porque inúmeras vezes tive oportunidade de participar de reuniões políticas a seu lado. Mas lembramos, Deputado Elquisson Soares, de que quem é eleito por determinada sigla recebe uma procuração do povo para ficar neste partido até o último dia. Então, o primeiro dever de quem é eleito por um partido é assumir o seu mandato; segundo é exercê-lo até o último dia. Agora, com relação à referência feita pelo nobre Deputado Raul Bernardo, que responde pela Liderança do PDS, fazendo uma comparação com a saída do nobre Deputado Elquisson Soares, lembro-me de que, no Estado de São Paulo, quando eu era Deputado Estadual, na época do malufismo, saíram do PMDB dezesseis Deputados da bancada estadual e, ao mesmo tempo, da bancada federal saíram quatorze Deputados do PMDB para somar um Paulo Salim Maluf, e também com S. Ex^a o Presidente João Figueiredo. E, desses trinta Deputados, apenas três voltaram. Portanto, 10%. Mas não é o caso de V. Ex^a porque esses foram para o partido do Governo para levar vantagens, para se empanturrar nas tetas do Governo, o que é uma coisa muito diferente. Portanto, V. Ex^a tem a liberdade de escolher o partido de sua preferência. A sua situação é completamente distinta, porque V. Ex^a sai em uma hora em que somos Governo. Mas temos a certeza de que V. Ex^a, continuando nesta Casa de leis e retornando a partir do próximo pleito, continuará com o mesmo nacionalismo dinâmico, defendendo as boas causas de nossa Pátria.

O Sr. Raul Bernardo — Nobre Deputada Cristina Tavares, quando solicitei o aparte ao nobre Deputado Elquisson Soares, fi-lo imbuído do propósito de tecer o meu comentário a respeito do pronunciamento de S. Ex^a, ao deixar o PMDB. Não é justo que o Deputado Heráclito Fortes, seguido pelo Deputado Doreto Campanari, venham, em apartes a V. Ex^a, turvar as coisas, dizendo o que eu não disse. O que afirmei foi apenas uma repetição pura e simples de frases do discurso proferido da tribuna pelo Deputado Elquisson Soares, de que abandonava os quadros do seu partido "porque assistia ao PMDB disputando migalhas do poder de maneira fisiológica e subserviente a alguns poderosos de ontem e ainda poderosos de hoje". Foi o que disse o Deputado Elquisson Soares, e o que reafirmei, solidarizando-me com S. Ex^a no momento em que deixava aquele partido, e acrescentando que o feitiço estava virando contra o feitiço, pois o PMDB sorria da decisão e da traição de companheiros antigos do meu partido, o PDS, de deixarem suas fileiras. E engana-se o Deputado Heráclito Fortes quando faz assertivas a meu respeito, pois, S. Ex^a deve saber muito bem que, com relação ao comportamento dos desertores e traidores do PDS de outrora, já fiz considerações a respeito, chamando-os de desertores, de traidores do meu partido, e combatendo-os. Portanto, não admito que o Deputado Heráclito Fortes venha à tribuna do Parlamento tecer considerações a meu respeito como fez pois que, se o, respeito S. Ex^a, igualmente, tem de respeitar este seu modesto colega. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me dá, para, em aparte a V. Ex^a, consertar as coisas ditas abruptamente e sem nenhuma inteligência, por parte do Deputado Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Comunico à Deputada Cristina Tavares que tem um minuto para concluir.

O Sr. Heráclito Fortes — Nobre Deputada, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. CRISTINA TAVARES — Concluirei, Sr. Presidente. A generosidade do Presidente da Casa permitirá que eu conceda o aparte ao Deputado Heráclito Fortes, tão logo faça breves considerações, em face do tempo, ao aparte do Líder do PDS.

Há uma diferença fundamental entre os que saíram do PDS, o partido de V. Ex^a, e que eram acimados de traidores, ingratos e de degenerados, e a atitude política com que o PMDB vê sair das suas fileiras, com muita tristeza, pessoas como os Deputados Elquisson Soares, Freitas Nobre e Jorge Carone. De nós, os companheiros

que saem, do nosso partido, com a dignidade que esses três companheiros saíram, recebam as mais acaloradas e fraternais palavras de consolação e de respeito por uma nova opção partidária. Rejeito as considerações que V. Ex^a fez ao aparte do Deputado Heráclito Fortes. Não as considero pouco inteligentes; considero-as talvez tão pertinentes que V. Ex^a se tenha deixado envolver pela emoção.

Ouço com prazer o nobre Deputado Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes — Nobre Deputada Cristina Tavares, em primeiro lugar gostaria de dizer humildemente a este gigante das Alterosas, o nobre Raul Bernardo Nelson de Sena, que em momento algum entrarei em disputa com S. Ex^a no campeonato da inteligência. Contra esse gênio das Minas Gerais não me atrevera a disputar um campeonato de QI. A inteligência é um privilégio e um patrimônio seu, mas nunca tive o Deputado Nelson de Sena na conta de um parlamentar repetitivo, que a televisão brasileira satiriza muito bem, com o "tirou daqui". O Deputado Elquisson Soares tem todo o direito de usar a tribuna da Câmara ou do Congresso Nacional para queixar-se do partido do qual acaba de se desligar. O nobre Deputado Raul Bernardo não. Os problemas do PMDB pertencem ao PMDB, são economia interna do nosso partido. De maneira alguma, nobre Deputado, aceito de V. Ex^a lições de qualquer tipo que seja.

O Sr. Raul Bernardo — Nem tampouco V. Ex^a me tira a autoridade para repetir aqui expressões do Deputado Elquisson Soares.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — V. Ex^a Não pode contra-apartear, nobre Deputado.

O Sr. Heráclito Fortes — Tenho o maior respeito por V. Ex^a, que é parlamentar ilustre e brilhante. Mas é evidente que todos nós temos os nossos dias de infelicidade. E foi o que aconteceu com V. Ex^a hoje.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, usando a generosidade de V. Ex^a, ouço o nobre Líder Oswaldo Lima Filho.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Devo dizer, Deputada Cristina Tavares, que tenho pelo Deputado Elquisson Soares, desde que cheguei a esta Casa, um apreço muito grande. Fui estudar aqui o problema das secas do Nordeste e do seu principal curso d'água, o São Francisco, e foi no trabalho memorável do Deputado Elquisson Soares, na CPI sobre o rio São Francisco, na qual V. Ex^a colaborou, que encontrei o mais sério e o mais valioso trabalho dos Anais desta Casa. Sou companheiro de S. Ex^a, o Deputado Elquisson Soares, na luta pelos ideais nacionalistas. Por tudo isso, é com pesar que vejo S. Ex^a afastar-se do PMDB. Mas compreendo o gesto do ilustre representante baiano. O PMDB sempre foi uma larga frente, um largo espectro político que vai desde os liberais até os comunistas, passando pelos trabalhistas, pelos sociais-democratas, pelos socialistas. Conseqüentemente, derrotada a ditadura, encerrado o ciclo autoritário, todos vamos fazer nossas opções ideológicas. É assim que compreendo, e só espero que S. Ex^a não faça muitas injustiças ao regime que o PMDB e S. Ex^a ajudaram a construir. Porque esse regime já conseguiu restituir ao País a eleição direta para Presidente da República, dos Prefeitos das Capitais, o voto do analfabeto, a anistia para os líderes sindicais cassados, já permitiu o exercício livre do direito de greve, o exercício da liberdade ou sociedades civis, já conseguiu iniciar o debate sobre a reforma agrária e oxalá conseguirá, amanhã, uma negociação soberana da dívida externa.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Agradeço ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho o aparte.

Sr. Presidente, concluo dizendo ao nobre Deputado Elquisson Soares que, a partir de hoje, o PMDB estará mais pobre, mas a luta e o pensamento progressista e popular continuam nesta Casa com a presença de S. Ex^a (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NÉLSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto a esta tribuna para reafirmar o ponto de vista que já expressei aqui com relação à cultura de soja no País.

Acompanho os esforços do Governo para solucionar este problema, mas estou convencido de que as medidas que o Governo adotou até aqui não são suficientes para resolver a grave crise por que passam os sojicultores, não só do Rio Grande do Sul, mas de cerca de dez Estados brasileiros.

Como sabem os Srs. Congressistas, a comercialização da safra está se dando a preço bem inferior ao custo da produção, de tal forma que os produtores brasileiros, que tiveram uma excelente colheita este ano, não estão conseguindo, apesar desta excelente colheita — e veja-se bem quão baixo é o preço — saldar seus compromissos de financiamento, portanto seus compromissos imediatos, urgentes e inadiáveis.

Há cenas por este Brasil afora, especialmente no Sul do País, no Brasil Central, de verdadeiro desespero de pessoas que investiram tudo o que tinham, mais do que tinham. Comprometeram-se nos bancos com avais até de amigos, com ajuda de amigos, e, agora, quando colhem as suas safras — sem frustrações — não conseguem o preço que amalharam na comercialização para saldar seus compromissos.

Ainda hoje, em Brasília, comissões de nove Estados estiveram com as autoridades federais, procurando sensibilizá-los, procurando fazer com que as autoridades venham em socorro, trazendo algumas medidas que possam minorar este sacrifício, e mais que isto, que possam permitir um desafogo para esses homens que cultivam a soja, que tantas alegrias deram à balança de exportação do Brasil, que tantas alegrias deram aos brasileiros, pelos trezentos subprodutos que da soja se pode extrair, para que eles possam continuar a produzir.

E se reclama, Sr. Presidente, porque parece claro que, se estas medidas não vierem, o Governo estará dizendo aos produtores de soja que não deseja ampará-los; estará, pela sua falta de ação, dizendo que esta será a política, de agora em diante, com relação aos produtores. E se tem que dizer, Sr. Presidente, em favor dos produtores de soja, que eles não vêm à busca de auxílio do Governo quando as suas safras não são suficientes para pagar as suas contas, quando a comercialização, fruto de uma circunstância interna e externa, sobretudo internacional, se dá em termos desfavoráveis, por que o Governo, mais de uma vez, foi à busca da ajuda dos produtores, confiscando-lhes parte da produção, para manter o mercado interno em preços estáveis e mais acessíveis ao consumidor interno? Portanto, esses produtores não comparecem, agora, perante o Governo, de mãos vazias. Comparecem com uma safra, fruto e suor do seu trabalho. E comparecem como quando a comercialização se dava favoravelmente a eles, quando o preço se erguia e ameaçava disparar em benefício dos produtores, mas em prejuízo do consumidor brasileiro. Deram a sua contribuição, a sua cota para que o consumidor não pagasse o preço de um mercado internacional altamente favorável.

Portanto, Sr. Presidente, esses produtores têm razão, quando exigem que o Governo se pronuncie a respeito da proposta que fazem de um pré-EGF de dez sacos por hectare de cada produtor, ou quando pedem que o Governo faça uma contraproposta, ou quando pedem que o Governo faça como no passado, quando os produtores não podiam pagar os seus financiamentos e o Governo criava condições para que esses produtores pudessem continuar produzindo.

E eu mesmo, Sr. Presidente, me julgo com autoridade para ocupar esta tribuna, porque, representando o Governo nesta Casa, como seu Líder, por mais de uma vez contrariei o Governo e dele arranquei, com ajuda de companheiros e de Deputados que não pertenciam, na época, ao meu partido — arrancamos juntos, portanto — decisões favorecendo os produtores, nas suas crises, nas suas eventualidades. E graças a essa política, que se cansam hoje de dizer que não existiu, graças a essa política, o nosso País conseguiu chegar aos 56 milhões de toneladas de grãos, e o soja a mais de 6 milhões de toneladas. A esses produtores e a essas políticas se deve essa produção de soja, Sr. Presidente, que vale a pena repetir, já por

mais de um ano, por dois ou três anos, conseguiu superar até o café na balança de exportação. Mais importante do que o café, que foi o nosso produto de guerra, que foi o nosso produto de exportação, que foi a nossa colunagem e única, despontando muitas vezes com mais de 50% das nossas exportações.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, através desta tribuna, faço ao Governo, especialmente aos Ministros que cuidam da área, um veemente apelo para que vejam o futuro do Brasil, e possam socorrer os produtores agora, porque, se não socorrerem esses produtores agora, voltaremos a uma política velha e anterior à Velha República, que era a de exportar gêneros, que era a das filas dos consumidores nos supermercados, nos armazéns, quando o Brasil importava as coisas mais necessárias, quando não produzia o essencial. Se é certo que a política atual dá profundo destaque à exportação, é também verdade que as filas se acabaram. Bem ou mal, a preços altos ou baixos, o Brasil vem produzindo seus alimentos.

Estou interessado em que aumente mais a produção do soja, do milho, do trigo, do arroz, do feijão, porque é possível atender àqueles brasileiros que ainda têm fome. Mas, certamente, não é desamparando o produtor que se haverá de atingir os objetivos.

Era este o apelo e, mais do que apelo, a advertência que gostaria de fazer ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Câmara Municipal de Jundiá, no Estado de São Paulo, acolhendo proposição do Sr. Vereador José Revelir, houve por bem encaminhar requerimento aos setores governamentais competentes, pelo qual encarece a elaboração de estudos com vistas à elevação do valor do salário família concedido aos servidores públicos federais, ultimamente estipulado em 16 mil cruzeiros por dependente.

Consoante explícita o documento em questão, encaminhado à liderança do PDS nesta Casa, a concessão pleiteada elevaria esse benefício a 50 por cento do salário mínimo e seria outorgada aos funcionários com no máximo três filhos.

Cabe destacar, por oportuno, que a elevação do salário família constitui uma justa reivindicação dos servidores públicos, que estão a pleitear uma revisão aprofundada dos ultrapassados conceitos oficiais sobre a matéria, e a exigir, na prática, o pleno reconhecimento dos direitos básicos inerentes a tão importante conquista social.

Inferre-se, efetivamente, no contexto do assunto, que as distorções na aplicação desse benefício longe estão de atender às legítimas aspirações e necessidades da referida categoria.

Sob essa ótica, não podemos desconhecer que a valorização do funcionalismo público, que representa fator preponderante no quadro do desenvolvimento social, está a reclamar uma revisão aprofundada do regime salarial aplicado à valorosa classe, avultando, nesse contexto, a participação do salário família como peça essencial para a melhoria substantiva da condição dos servidores.

Estamos convencidos de que a sugestão da Câmara de Vereadores de Jundiá, orientada por elevados princípios humanísticos, além de inequívocas repercussões sociais, muito poderia contribuir para o aprimoramento e a renovação das estruturas que regem a política de pessoal da administração pública, que deveria ter, como pressupostos básicos, a justiça social e valorização do servidor.

Com esta compreensão, queremos manifestar nosso aplauso e nossa solidariedade à oportuna iniciativa da Câmara Municipal de Jundiá, lançando um apelo aos setores competentes do Ministério da Administração no sentido de que se venha a proceder a um exame aprofundado da matéria, para a correta avaliação de suas possibilidades e perspectivas à luz das modernas diretrizes jurídicas e administrativas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar nossos cumprimentos ao bravo Deputado Elquisson Soares, que, num momento histórico, tomou uma decisão consciente, porque, em verdade, é um parlamentar que tem maturidade suficiente para separar o joio do trigo. Parabenzamos S. Ex^a pelos relevantes serviços prestados a este Poder. Mudará o seu projeto político em favor do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos, rapidamente, enfocar o assunto agricultura, tendo em vista ser um dos problemas mais palpáveis do povo brasileiro. Não podemos ver a mesa farta sem que o produtor rural tenha paz de espírito e segurança na sua produção. Traçamos aqui um abaixo-assinado, dos produtores rurais de alguns Municípios do Rio Grande do Sul, cujo teor é o seguinte.

CARTA DE SANTA MARIA

Aprovada por ocasião do "Ato Público" do dia 13 de junho de 1985.

Os produtores rurais de Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São Vicente do Sul, Cacequi, e Santa Maria, reunidos na Praça Saldanha Marinho, em Santa Maria, em assembléia pública, a partir das 14 horas do dia 13 de junho de 1985, reafirmam a sua disposição de continuarem lutando pelo cumprimento e efetiva implantação do Programa e das propostas aprovadas por ocasião do "Grito do Campo" — maior assembléia de produtores já realizada no Brasil — declarando que tudo farão para que se consolide o espaço de liberdade, de democracia e de participação já conquistado, ampliando-se necessárias conquistas no plano dos direitos humanos para que o homem seja o centro e o objetivo da administração pública em todas as esferas de sua execução.

Reafirmam, igualmente, a convicção de que só a organização firme e consciente da sociedade em todos os seus níveis, será capaz de garantir uma Nação Democrática, Pluralista e Representativa de todos os segmentos e de todas as correntes que a constituem, objetivando a realização plena da Justiça Social com igualdade e oportunidade para todos.

Por isso, mais uma vez, os produtores rurais aqui reunidos, aprovam, exigem e continuarão vigilantes e mobilizados para que o Programa dos Produtores Gaúchos seja posto em prática:

1 — No campo político:

a) A vigência plena da democracia, consolidada pela convenção de uma assembléia nacional constituinte, livre e soberana.

b) O resgate da soberania nacional, colocando os interesses do Brasil e dos brasileiros acima dos ditames do FMI.

2 — No campo econômico:

a) A redefinição soberana de uma nova política e do próprio tratamento da dívida externa.

b) A retomada do crescimento econômico, pela reorientação e expansão dos investimentos produtivos do setor público e privado, e por medidas proibitivas à especulação financeira e ao amordaçamento externo de nossa economia.

c) O fortalecimento do mercado interno: pela implantação de uma política salarial que favoreça os assalariados de mais baixa renda; pela reorientação da produção para as necessidades internas, e por uma ampla distribuição da renda, através de uma reforma tributária.

d) A implementação de um plano de emergência, relativo ao emprego, moradia e alimentação, que restaure, no menor prazo possível, a dignidade da vida da grande maioria do povo brasileiro.

3 — No campo da política agrária:

a) A garantia efetiva da participação dos produtores rurais na definição de uma nova política fundiária e agrícola para o País.

b) A realização efetiva de uma reforma agrária, que comece pela distribuição das terras mal aproveitadas.

tadas — públicas e privadas — de maneira a assegurar o direito à terra a todos que nela queiram trabalhar. Temos, hoje, no Brasil, 62 propriedades com mais de 100 mil hectares, e que ocupam uma área superior a 2,5 vezes a área plantada de nosso Estado, ou, mais de um quarto da área plantada no Brasil.

c) A criação de crédito fundiário de apoio e complementar ao programa de reforma agrária, voltado, prioritariamente, para os agricultores mais carentes.

d) A garantia de recursos necessários para financiar o custeio, os investimentos e a comercialização de toda a produção agrícola, prioritariamente para o abastecimento do mercado interno, mas, sem esquecer nossas potencialidades regionais, a expansão de nossa agroindústria e nossas exportações.

e) A criação de crédito rural subsidiado, que privilegie a produção de alimentos, viabilize a pequena propriedade, e mantenha o produtor em sua atividade.

f) A determinação de uma política de preços mínimos, que assegure a viabilidade e expansão da produção primária, necessariamente acompanhada de um rígido controle de preços dos insumos e máquinas agrícolas bem como o controle dos custos financeiros.

g) A implementação de um programa especial de abastecimento, aumentando a área plantada com alimentos, em tantos hectares quantos necessários para suprir a demanda interna.

h) A adoção, urgente, de um programa de emergência para o pequeno produtor rural, assegurando a sua viabilidade econômica e dando, ao trabalhador rural, adequada Previdência e Assistência Social.

i) A imediata revisão da Legislação Cooperativista, adequando-a às necessidades que o momento nacional exige, possibilitando a efetiva prática da "Gestão Democrática e Eficiência Empresarial nas Cooperativas".

Concluindo, temos a convicção de que o atendimento das necessidades da agricultura e da pecuária será na proporção direta de nossa participação no Governo.

E isto, temos certeza, não ganhamos, conquistamos!

Santa Maria, aos 13 de junho de 1985.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fizemos questão de ler este documento porque hoje, integrando uma comissão, fomos ao Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura, Senador Pedro Simon, e, lamentavelmente, não recebemos qualquer esperança de atendimento às reivindicações dos agricultores, não só do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, mas também daqueles do Centro do País.

Portanto, em nome dos produtores rurais e da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, levamos o nosso grito, pedindo soluções para esses problemas angustiantes que afligem a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Suplicy, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero também expressar o respeito do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Elquisson Soares, por sua postura e coerência durante toda a sua vida parlamentar e, particularmente, pelo que pude testemunhar desde março de 1983, a partir de quando estivemos sempre lado a lado nas mesmas batalhas e com os mesmos propósitos.

Acredito que o que o Deputado Elquisson Soares defende tem muito em comum com as propostas e a própria coerência do Partido dos Trabalhadores. Acredito mesmo que ele poderia hoje estar também dialogando — e pode estar dialogando — com os companheiros do Partido dos Trabalhadores, comigo próprio, a respeito de qual a sua verdadeira opção partidária, tendo em vista que preferiu deixar o PMDB.

Claro que temos no PMDB também companheiros de luta com os quais nos irmanamos, mas com os quais temos tido diferenças, alguma aqui expressas pelo Deputado Elquisson Soares.

Certamente, seu pronunciamento, hoje, faz com que todos os Parlamentares desta Casa pensem a respeito das dificuldades com que cada Parlamentar convive com a sua própria sigla partidária, os seus ideais e a vontade de seguir os propósitos que foram defendidos durante as campanhas eleitorais, nos paltanques, juntamente com o povo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, façam uma reflexão sobre o congelamento e o ajuste móvel de salários.

Sr. Presidente, economistas, políticos e autoridade brasileiras estão olhando para a experiência argentina. Há particular interesse em se observar se o congelamento de preços e salários, concomitantemente à introdução de uma nova moeda e outras medidas, irá ser bem-sucedido em estancar o processo inflacionário.

Antes de se pensar em aplicar o congelamento de preços e salários no Brasil, teríamos que introduzir, por um período prévio de pelo menos seis meses, o ajuste dos salários a cada aumento de dez por cento no índice nacional de custo de vida, justamente para evitar a criação de situações iníquas. Pois, dado o sistema atual de ajustes semestrais e a taxa de inflação semestral superior a 100%, o congelamento dos salários teria repercussões muito diferentes para os que acabaram de ter um ajuste e aqueles que tiveram o último ajuste há quase seis meses. Para estes, o congelamento iria pegá-los às vésperas de um ajuste de ordem de 100% em seus rendimentos.

É possível que, adotada a escala móvel, em vista de ter um efeito neutralizador dos efeitos negativos da inflação para os assalariados, já não tenham os agentes que tomam decisões tanto impulso em ajustar os seus preços para cima e que a inflação venha a cair. Mas, se ela persistir ou acelerar-se, após seis meses de experiência, então, aí sim, poder-se-ia considerar o congelamento de preços e salários por um período como o de seis meses, visando a estancar a espiral inflacionária.

De qualquer modo, se deverá criar a oportunidade para os assalariados reivindicarem a sua justa participação nos ganhos em produtividade e a recuperação das perdas ocorridas durante os anos de arrocho salarial. Há alguns anos que a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não publicam a participação dos salários na renda nacional. Uma das tarefas mais importantes a serem desempenhadas pelo novo Presidente do IBGE, Edmar Bacha, será justamente a de prover estas informações que por tanto tempo os governos da Velha República, para dar um nome mais ameno ao regime autoritário, preferiram não divulgar com a devida presteza.

Sob certas condições, portanto, pode ser válida a experiência de congelar preços e salários para estancar inflação tão acelerada como a vigente no Brasil: o congelamento seria por seis meses, precedido de um período também de seis meses, em que haveria o ajuste móvel dos salários a cada patamar de dez por cento de inflação. Ademais, durante esse período de um semestre, e no período seguinte ao congelamento, garantir-se-ia procedimentos em que, uma vez ao ano, os trabalhadores negociariam sua participação nos ganhos em produtividade e a recuperação de perdas havidas no passado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1985.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 72, § 1º, alínea "b", do Regimento Comum, a Proposta teve preferência para recebimento em virtude de estar subscrita por 48 Senhores Senadores e 325 Senhores Deputados

O Senhor Primeiro-Secretário irá proceder à leitura da Proposta.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 40, de 1985

Acrescenta artigo à Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e dos Senadores Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. É acrescentado ao Título V — Disposições Gerais e Transitórias — da Constituição Federal o seguinte artigo:

"Art. 218. Ficam ressalvados os efeitos de atos legislativos estaduais que, até 31 de dezembro de 1984, tenham criado municípios sem a observância do disposto no art. 14 desta Constituição, ainda que tais atos tenham sido declarados nulos."

Justificação

Diversos municípios foram criados em vários Estados da Federação e muitos deles sem observância do disposto no art. 14 da Constituição e na Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, alterada por outras que se lhe seguiram.

Tomando por exemplo o Estado do Amazonas, ali pela Emenda nº 12, de 10 de dezembro de 1981, criaram-se vinte e sete municípios, que tiveram seus limites territoriais traçados pelo Decreto nº 6.158, de 25 de fevereiro de 1982.

Realizadas as eleições de 1982 em quinze municípios, foram diplomados e empossados os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos. Para os doze municípios não instalados, a solução foi dada pela Emenda nº 17 à Constituição do Estado do Amazonas, de 14 de dezembro de 1983, segundo a qual as comunas não instaladas adquiririam "autonomia com a realização de eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, na época e forma determinadas pela Justiça Eleitoral".

Essas eleições deveriam ter sido realizadas em 16 de dezembro de 1984, nos termos da Lei nº 7.206, de 5 de julho de 1984, e da Resolução nº 11.930, de 14 de agosto de 1984, do Tribunal Superior Eleitoral.

Entretanto, em 29 de agosto de 1984, o Exmº Sr. Procurador-Geral da República, acolhendo petição do Sr. Prefeito de Itacoatiara, submeteu a exame e julgamento do agrégio Supremo Tribunal Federal e arguição de inconstitucionalidade das Emendas à Constituição nºs 12/81 e 17/83 e do Decreto nº 6.158/82, todos do Estado do Amazonas.

E a Corte Suprema acolheu a arguição, declarou a inconstitucionalidade dos atos legislativos estaduais e fulminou, de uma só vez, os vinte e sete municípios criados em 1981, por ser cristalino, indiscutível, o vício que lhes maculara a origem.

Mas, os municípios já instalados começaram a receber quotas do FPM, do ICM, verbas federais e estaduais decorrentes de convênios. Além disso, instituíram sua administração, organizaram seu funcionalismo e passaram a contar com o apoio do Estado, que inclusive, neles estabeleceu unidades de vários de seus órgãos.

Muitas tentativas se fizeram no Congresso Nacional para tentar compatibilizar o fato concreto da implantação desses municípios com a inatacável decisão judicial que lhes fulminou a incipiente vida. Todavia, tais tentativas sempre esbarraram em preceitos constitucionais.

A única solução viável se consubstancia na Proposta de Emenda à constituição que temos a honra de apresentar à consideração dos Senhores Congressistas. Por meio dela, acrescenta-se ao Título V — Disposições Gerais e Transitórias — da Constituição, um artigo, com efeito retroativo, convalidando atos legislativos estaduais que, sem observância dos requisitos estabelecidos no art. 14 da Lei Maior, criaram municípios. A data limite prevista na proposta, 31 de dezembro de 1984, visa a cobrir não só a situação de fato acima descrita, como, também, outras de que não tenho conhecimento detalhado.

SENADORES Raimundo Parente — Jorge Kalume — Odacir Soares — João Castelo — Gabriel Hermes — Octávio Cardoso — Moacyr Duarte — João Lobo — Lenoir Vargas — Jutahy Magalhães — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Lourival Baptista — Martins Filho — José Lins — Lomanto Júnior — Luiz Cavalcan-

te — Saldanha Derzi — Cid Sampaio — Mauro Borges — Moacyr Dalla — Benedito Ferreira — Claudionor Roriz — Mário Maia — Carlos Alberto — Fábio Lucena — Nelson Carneiro — Helvídio Nunes — Galvão Modesto — Hélio Gueiros — Luiz Viana — Alberto Silva — Aderbal Jurema — Murilo Badaró — Marcelo Miranda — Marcondes Gadelha — José Ignácio Ferreira — Aloysio Chaves — Américo de Souza — Roberto Saturnino — Amaral Peixoto — Alexandre Costa — Nivaldo Machado — Virgílio Távora — Gastão Müller — César Cals — Alcides Saldanha — João Calmon.

DEPUTADOS: Nyder Barbosa — Mário Assad — Antônio Florêncio — Daso Coimbra — Fernando Bastos — José Fernandes — Juarez Batista — Gerardo Renault — Tarcísio Buriti — Carlos Vinagre — Wall Ferraz — Sebastião Rodrigues Júnior — José Carlos Vasconcelos — Ernane Satyro — João Paganeila — Ubaldino Meirelles — Raul Bernardo — Anselmo Peraro — Assis Canuto — Flávio Marcílio — João Hermann — Nasser Almeida — Irineu Colato — João Carlos de Carli — Emídio Perondi — Mozarildo Cavalcanti — Paulo Guerra — Wildy Vianna — Alcides Lima — Francisco Amaral — Moysés Pimentel — João Faustino — José Carlos Fonseca — Genésio de Barros — Antônio Osório — Mauro Sampaio — José Ribamar Machado — Leur Lomanto — Anibal Teixeira — Adroaldo Campos — Gastone Righi — José Moura — Dionísio Hage — Geovani Borges — Pedro Germano — Edison Lobão — Ciro Nogueira — Armando Pinheiro — Darcílio Ayres — Jorge Vianna — Paulo Borges — Orestes Muniz — Paulo Mincarone — Lélío Sousa — Nilton Alves — Navarro Vieira Filho — Rosemburgo Romano — Maçao Tadano — Rubens Ardenghi — Arildo Teles — Simão Sessim — Samir Achôa — Francisco Dias — Eurico Ribeiro — Alcides Franciscato — Marcondes Pereira — Sebastião Ataíde — Wilson Vaz — João Divino — Roberto Jefferson — Octacílio de Almeida — Marcelo Linhares — Raymundo Asfora — José Burnett — José Luis Maia — Ludgero Raulino — Jacques D'Ornellas — Bete Mendes — Airton Sandoval — Oswaldo Trevisan — Salles Leite — Renato Vianna — Irma Passoni — Sérgio Murilo — Sebastião Neri — José Carlos Martinez — Nelson do Carmo — Santinho Furtado — Raimundo Leite — Nilson Gibson — Claudino Sales — João Rebelo — Saranago Pinheiro — Horácio Ortiz — Valdon Varjão — Ângelo Magalhães — Sérgio Cruz — Sérgio Philomeno — Luiz Henrique — Vicente Queiroz — Genebaldo Correia — Dilson Fanchin — Plínio Martins — Leorne Belém — José Tavares — José Fogaça — Chagas Vasconcelos — José Carlos Fagundes — Eduardo Matarazzo Suplicy — João Batista Fagundes — José Frejat — Mário Frota — Wolney Sequeira — Cláudio Philomeno — Francisco Sales — Celso Peçanha — Guido Moesh — Sinval Guazzelli — José Melo — Mário Lima — Hélio

Manhães — José Colagrossi — Ivo Vanderlinde — Aroldo Moletta — Mendes Botelho — Geraldo Fleming — Walber Guimarães — Barbo de Carvalho — Luiz Leal — Haroldo Sanford — Clarck Platon — Manoel Costa Júnior — Siqueira Campos — Abdias do Nascimento — Saulo Queiroz — Aécio de Borba — Wilson Haese — Antonio Pontes — Antonio Mazurek — Heráclito Fortes — Vivaldo Frota — Mário Juruna — Herbert Levy — José Maranhão — Italo Conti — Wagner Lago — Dante de Oliveira — Doreto Campanari — Renato Bueno — Arnaldo Maciel — Celso Amaral — Emílio Haddad — Gerson Peres — Olavo Pires — Osmar Leitão — Delson Scarano — Nelson Morro — Jairo Azi — Pedro Corrêa — Vicente Guabiroba — Vingt Rosado — Ubaldino Barém — Moacir Franco — Iram Saraiva — Djalma Falcão — Fernando Collor — Carlos Eloy — Amaury Müller — Márcio Braga — Pacheco Chaves — Francisco Erse — Reinhold Stephanes — Del Bosco Amaral — Oscar Alves — Fernando Carvalho — José Mendonça — Antonio Gomes — Irapuam Costa Jr. — Tobias Alves — Roberto Rollemberg — Valmor Giavarina — Irineu Brzesinski — Jorge Uequed — Epitácio Cafeteira — Raimundo Urbano — Brasília Caiado — Márcio Santilli — Fernando Magalhães — Virgildásio de Senna — Cardoso Alves — Ruben Figueiró — Domingos Leonelli — Maurílio Ferreira Lima — Myrthes Bevilacqua — Juarez Bernardes — Oswaldo Lima — Antônio Câmara — Milton Reis — Floriceno Paixão — Bayma Júnior — Nadyr Rosseti — Matheus Schmidt — José Camargo — Natal Gale — Leônidas Sampaio — Evandro Ayres de Moura — Léo Simões — Alcenir Guerra — Márcio Macedo — Egidio Ferreira Lima — Magno Bacelar — João Gilberto — Adail Vettorazzo — Rosa Flores — Albino Coimbra — Bonifácio de Andrada — Darcy Pozza — Hamilton Xavier — Gióia Júnior — Amaral Neto — Júnia Marise — Arthur Virgílio Neto — Borges da Silveira — Vieira da Silva — Victor Faccioni — Augusto Trein — Rita Furtado — Milton Figueiredo — Israel Pinheiro — França Teixeira — Agnaldo Timóteo — Henrique Eduardo Alves — Oscar Correa Jr. — Jonathas Nunes — Walter Baptista — Délio dos Santos — Paulo Meiro — Eivaldo Amaral — Fernando Bastos — Josué de Souza — Gilson de Barros — Ernesto de Marco — Ruy Bacelar — Eraldo Tinoco — Miguel Arraes — Casildo Maldaner — Joaquim Roriz — Alencar Furtado — Paes de Andrade — Santos Filho — Félix Mendonça — Wilson Falcão — Inocêncio Oliveira — Sérgio Ferrara — Manoel Viana — Fernando Cunha — Mário Hato — Iturival Nascimento — Ralph Biasi — Israel Dias-Novas — João Bastos — Carlos Peçanha — Aluísio Teixeira — Jarbas Vasconcelos — Djalma Bessa — Márcio Lacerda — Christóvam Chiaradia — Jorge Cury — Carlos Alberto de Carli — Hélio Duque — Jairo Magalhães — Antonio Dias — Léo Almeida Neves — Siegfried Heuser —

Pratini de Moraes — Francisco Pinto — Irajá Rodrigues — Antonio Novais — Fernando Santana — José Maria Magalhães — Maurício Campos — Mansueto de Lavor — Haroldo Lima — Amílcar de Queiroz — Theodoro Mendes — Fued Dib — Jorge Medauar — José Ulisses — Mello Freire — Jorge Vargas — Jorge Leite — Jutahy Jr. — Renato Bernardi — Marcelo Cordeiro — Bento Porto — Luiz Fayet — Tidei de Lima — Salvador Julianelli — Amadeu Geara — Freitas Nobre — Francisco Rollemberg — Lázaro Carvalho — Eduardo Gaiil — Celso Carvalho — Denisar Arneiro — Baltazar de Bem e Canto — Celso Barros — Edme Tavares — Agenor Maria — Aécio Cunha — Albérico Cordeiro — José Machado — Elquison Soares — Djalma Bom — Diogo Nomura — Furtado Leite — Paulo Zarzur — Manoel de Souza — Mattos Leão — Gilton Garcia — Raul Ferraz — Cássio Gonçalves — Arnaldo Moraes — Oswaldo Mello — Jackson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Alcides Saldanha, Roberto Wypych, Martins Filho, Alfredo Campos e os Srs. Deputados Nyder Barbosa, Carlos de Carli, Mário Frota, Múcio Athayde e Renan Calheiros.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Jorge Kalume, Odacir Soares, Octávio Cardoso, Moacyr Duarte e os Srs. Deputados Edison Lobão, Darcílio Ayres e Renato Johnsson.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores Nivaldo Machado, Alcides Paio, Lourival Baptista e os Srs. Deputados Jairo Magalhães e Simão Sessim.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Deputado Aldo Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A comissão mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da comissão mista deverá ser apresentado até o dia 26 de agosto vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 43 minutos.)

Ata da 178ª Sessão Conjunta, em 25 de junho de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

AS 20 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gas-

tão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Oswaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Áécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Theodorico Ferrazo — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Áécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto —

PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosenburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB. Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinda — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinving — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irája Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 245 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a atual população do Estado de São Paulo — segundo estimativa de 1984 — está na ordem de 26 milhões de habitantes, dos quais 23 milhões vivem nos centros urbanos e apenas 10% no campo. Sendo a maior Unidade da Federação, conseqüentemente, é um Estado que abraça imensos e inúmeros problemas.

A grande preocupação do Governo democrático de São Paulo converge no sentido de beneficiar as famílias de baixa renda do Estado, e assim, vem, incansavelmente, desencadeando programas que têm produzido gratificantes resultados.

Nesta oportunidade, queremos destacar o trabalho desenvolvido pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento, Nelson Mancini Nicolau, que opera intensamente na área de produção e distribuição de alimentos, dando preferência aos pequenos proprietários, aos arrendatários, aos trabalhadores sem terra, a fim de valorizar suas pequenas atividades.

Desta forma, através do Plano Agrícola Municipal, a Secretaria de Agricultura já criou 272 projetos destinados à produção de arroz, feijão, milho, mandioca, hortigranjeiros e leite, 200 projetos de produção de peixes em açudes, 181 projetos nas áreas de associativismo, cooperativismo e sindicalismo.

As famílias de trabalhadores de baixa renda, em uma centena de municípios paulistas, estão atendidas por mais de 200 feiras de produtores, além dos varejões, sacolões e centros de comercialização a baixo custo. Também foi criada a Central de Alimentos, visando a proteger os pequenos produtores rurais e permitir que os alimentos cheguem aos consumidores dos grandes centros a preços acessíveis.

Diz o Secretário da Agricultura:

“Temos, portanto, um saldo positivo a oferecer à nossa população, nesta administração Montoro. Estamos trabalhando com afinco em todo o interior de nosso Estado e junto às populações carentes de nossas grandes cidades. Não descuidamos dessa questão básica que atinge a todos os trabalhadores. Nesse sentido, estamos deflagrando uma verdadeira batalha — a batalha da alimentação — lançada pelo Governador Franco Montoro.”

Além das inúmeras atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, queremos destacar o interesse e incentivo dispensados às pesquisas e às Estações Experimentais existentes em todo o Estado de São Paulo.

Recentemente, a referida Secretaria atendeu ao justo reclamo do Prefeito Municipal da estância turística de Monte Alegre do Sul, interior de São Paulo, como também de sua comunidade, no caso de retificação do entroncamento da estrada de acesso do Bairro dos Alves,

passando por área da Estação Experimental do Instituto Agrônomo de Monte Alegre do Sul.

No ensejo, o Secretário de Agricultura salientou a importância do programa de trabalho e das pesquisas desenvolvidas por aquele Instituto, que se projeta como um dos mais dinâmicos do Estado, por sua grande contribuição tecnológica. Dentre outros, evidenciou o projeto de desenvolvimento da fruticultura de clima temperado, que viabilizou a produção de alta qualidade e a preços acessíveis de espécies que eram normalmente importadas.

Assim sendo, louvamos o interesse e a decisão do Secretário de Agricultura, Nelson Mancini Nicolau, como também do Dr. Nelson Paulieri Sabino, do IAC, e do Coordenador de Pesquisas, Dr. Nelson Batista Martin, que efetivou antiga aspiração da comunidade da estância turística de Monte Alegre do Sul.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com muita honra que ocupo esta Tribuna para congratular-me com o povo do Agreste pernambucano pela passagem do quinquagésimo quarto aniversário de emancipação política do Município de Angelim. Lá estive, no último dia 6, quando fui honrada com o título de cidadã daquela querida cidade.

Pobre, como a maioria dos Municípios do interior pernambucano, Angelim tem, no entanto, uma tradição de luta, sobretudo uma luta travada pelos camponeses sem terra, pelos pequenos produtores, pelos sindicatos rurais. Um povo simples, mas acima de tudo forte, para citar a célebre imagem de Euclides da Cunha.

Essa tradição de luta tem sido reforçada, nos últimos anos, através de uma administração moderna e voltada inteiramente para os reais interesses da comunidade.

Destaco, daqui, o trabalho desenvolvido pelo Prefeito Samuel Salgado Cavalcanti de Albuquerque, que, dentro de uma filosofia que prioriza o social, vem promovendo melhorias consideráveis na qualidade de vida do povo angelinense.

As comemorações do aniversário de Angelim, que duraram mais de uma semana, foram marcadas pela entrega à comunidade de um elenco de obras de grande significado para a cidade. Novas salas de aula, três novas escolas rurais e lavanderia rural foram construídas inteiramente com recursos do próprio Município. Foi também implantado o sistema de telefonia rural, através de DDD, que beneficia não somente Angelim, como a toda uma região que, agora, começa a sentir o progresso mais perto. Outras obras de vulto foram entregues graças a

convênios firmados com a Caixa Econômica Federal, como unidades produtivas, lavanderias e módulos esportivos.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à valorização das tradições da cidade. Nesse sentido, a Prefeitura de Angelim tem procurado estimular a criação e manutenção de grupos cujo trabalho volta-se para a preservação das nossas mais legítimas manifestações artísticas e culturais, como a Dança do Coco e a Ciranda. E o mais interessante: foi introduzido no **Curriculum** de todas as escolas da rede municipal de ensino a disciplina História de Angelim, iniciativa inédita que merece ser seguida por outros municípios.

Por tudo isso, apresento minhas congratulações ao povo de Angelim, pelos 54 anos da cidade, e à Prefeitura Municipal, pelo trabalho dinâmico que vem empreendendo.

Ao mesmo tempo, registro com a maior satisfação a visita do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, ao Agreste Meridional de Pernambuco, particularmente às cidades de Caruaru e Garanhuns. A primeira, revestida de forte sentido emocional, pois é a terra do Ministro. Caruaru, com justificado orgulho, recebeu o seu mais ilustre filho.

Trata-se da primeira vez em que um Ministro da Justiça, filho de Pernambuco, visita aquela região, não para um mero roteiro administrativo, mas, e antes de tudo, para ouvir o povo, os trabalhadores, as lideranças, e sentir de perto os problemas que afligem diretamente a comunidade.

Em Garanhuns, o Ministro Fernando Lyra encontrou-se com lideranças políticas e comunitárias, que relataram, em pormenores, a difícil situação que as populações agrestinas atravessam, com o crescimento desenfreado da onda de violência que atinge a todos, indiscriminadamente. Uma questão a ser encarada de frente pelo Governo da Nova República, dentro de sua filosofia de resgatar os direitos elementares do povo. Uma questão, também, que denota uma prática rotineira, e até certo ponto institucionalizada, no Estado de Pernambuco.

Institucionalizada, porque, em muitos casos, os excessos cometidos partem do próprio aparelho policial ou de grupos a ele ligados ou por ele encobertos. Não constitui novidade alguma o aparecimento, quase que diário, de cadáveres nos mais diversos pontos de Pernambuco. São corpos mutilados, com marcas que indicam a tortura e a mais baixa humilhação ao um ser humano. Esses aparecimentos de corpos, conforme vem sendo denunciado constantemente por entidades como a Comissão de Justiça e Paz, são indícios claros quanto à origem desses bárbaros crimes. Persiste, em Pernambuco, a escalada de crimes cometidos pelo Esquadrão da Morte, que nada mais é que uma entidade paramilitar embutida no apare-

lho policial. Ou, quando não, composto de elementos providos de suas hostes.

Também cobertos pela impunidade e pela omissão, estão os crimes cometidos, com espantosa regularidade, contra trabalhadores rurais, muitos dos quais já tivemos oportunidade de denunciar desta própria tribuna. São exemplos de impunidade as perseguições, os atentados, as ameaças de morte, sofridas por trabalhadores e lideranças sindicais do campo. Um exemplo concreto ainda, acontece — apesar de denunciarmos aqui e a imprensa pernambucana publicar — nos engenhos Marajó e Camarazal, no Município de Nazaré da Mata, de onde recebemos, recentemente, a reiteração das mesmas denúncias.

Casos desta natureza foram transmitidos ao Ministro Fernando Lyra, que, como era de se esperar, garantiu investigações sérias de forma a ser possível um controle mais eficaz de toda essa onda de violência. O comportamento do Ministro, ouvindo o povo e garantindo resultados, reflete mudança. Mudança, pois o que víamos, lá em Pernambuco, eram autoridades do Governo fazendo visitas de turismo, sem qualquer comprometimento com a resolução dos problemas do povo. Práticas normais e corriqueiras durante esses anos de autoritarismo em que o País se viu mergulhado, que começam, agora, a ceder lugar a uma nova postura. E nesse ponto a visita do Ministro da Justiça ao interior de Pernambuco pode ser considerada como o passo inicial

A Srª Cristina Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem a palavra V. Exª

A Sra. Cristina Tavares (PMDB — PE; Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é evidente a falta de quorum. Peço a V. Exª que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — É pertinente o pedido de V. Exª

Antes de deferir-lo, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1984, que altera a redação do art. 41 da Constituição Federal, relativo à composição do Senado, para determinar a representação dos Territórios Federais nessa Casa do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Deferindo o requerimento verbal da Deputada Cristina Tavares, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 50 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

- Textos atualizados, consolidados e anotados da Constituição Federal e das Constituições de todos os Estados.
- Remissões, nas Cartas Estaduais, aos dispositivos da Constituição Federal.
- Notas: redações anteriores e declarações de inconstitucionalidade
- Índice temático da Constituição Federal
- Índice temático geral de todas as Constituições Estaduais

4 volumes
Preço: Cr\$ 30.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP. 70160)

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

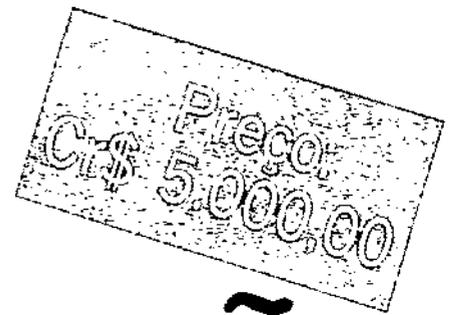
Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cr\$ 20.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 82



Está circulando o nº 82 (abril/junho de 1984) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Este número, com 420 páginas, contém as seguintes matérias:

- Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais: tendências recentes
Antônio Augusto Cançado Trindade
- Justiça social e interpretação no direito brasileiro
Haroldo Valladão
- Revogada a Constituição de 1967 — breve comentário a uma decisão do STF
Rubem Nogueira
- Parlamentarismo ou democracia?
Eduardo K. M. Carrion
- Aspectos do federalismo norte-americano
Torquato Lorena Jardim
- O direito da crise
Arnoldo Wald
- O desprestígio das leis
Eduardo Silva Costa
- O Parlamento brasileiro e o problema do menor abandonado
Paulo de Figueiredo
- Pena de morte e colônias correcionais
Paulino Jacques
- Processo político e participação
Carlos Antônio de Almeida Melo
- Voto distrital e os Partidos Políticos
David V. Fleischer

- Inconstitucionalidade de fusão e incorporação de Partidos Políticos
Celso Bastos
 - A Missão Inglesa de 1924
Mircea Buescu
 - Gestão de empresa com participação de seus empregados (Carta federal — art. 165, inciso V)
José Martins Catharino
 - Trabalhador brasileiro no estrangeiro
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
 - Movimento sindical de trabalhadores rurais e a modernização da agricultura brasileira
Vilma Figueiredo
 - Anotações ao Código da Propriedade Industrial (arts. 1º a 58 — Patentes)
Nuno Tomaz Pires de Carvalho
 - O Direito Penal Econômico e os crimes contra a propriedade industrial
Eleonora de Souza Luna
 - Titularidade da obra intelectual
Antônio Chaves
 - Direito de autor e interesse público nos países em desenvolvimento
Carlos Alberto Bittar
- * Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984

Preço = Cr\$ 10.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

CÓDIGO CIVIL

**Projeto de Lei
em tramitação no Senado Federal**

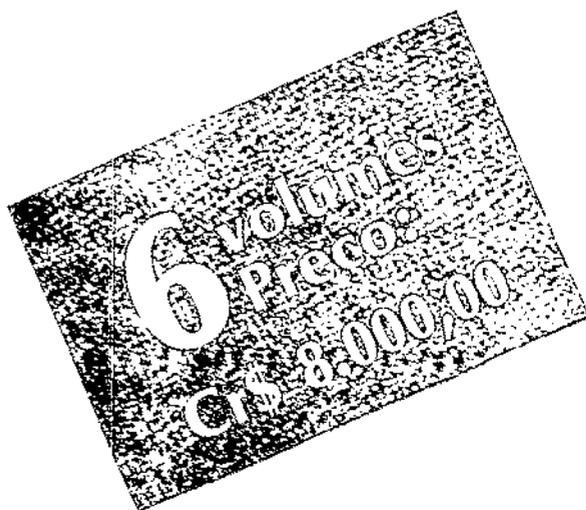
Quadro Comparativo:

**Projeto de Lei
da Câmara nº 118/84**

(nº de origem: 634/75)

Código Civil vigente

**Notas: Emendas aprovadas
pela Câmara dos Deputados,
com justificações e pareceres**



**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP: 70160
Encomendas mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo
reembolso postal.**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00